Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Comissão da Câmara aprova isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil.....	3
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Importações pressionam varejo e indústria.....	5
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Investigação sobre o Pix é vista como "oportunidade".....	7
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Senado aprova em 1º turno PEC que tira precatórios do teto do arcabouço fiscal.....	9
A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL Tarifaço de Trump atinge a Bahia em cheio, diz o presidente da Fieb - LEVI VASCONCELO	10
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL Congresso corrige injustiça e protege quem não pode mais esperar.....	12
PORTAL UOL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL INSS de julho começa a ser pago semana que vem; veja calendário.....	14
PORTAL UOL - REPORTAGEM SEGURIDADE SOCIAL Inadimplência no consignado privado passa de 10% e acende alerta.....	15
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO Reforma que aprimora desempenho de servidor deve ser aprovada este ano.....	17
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ESPECIAL REFORMA TRIBUTÁRIA Conexão Empresarial reúne forças pelo futuro do Brasil.....	19
FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA O presente e o futuro da tributação das bets no Brasil.....	20
CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Marco legal da inteligência artificial busca estabelecer regras para a tecnologia	22
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Soberania une Poderes, que buscam negociação.....	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS O IOF e os fins errados - CELSO MING.....	27

O GLOBO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Texto da reforma do IR deve excluir multinacionais	28
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Recurso à OMC daria apenas 'vitória moral', diz professora americana.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Cadeia pecuária pode perder US\$ 13 bi em vendas aos EUA neste semestre.....	32
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Comissão aprova isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.000.....	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA Senado aprova, em primeiro turno, nova PEC dos precatórios.....	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS As falsas narrativas do governo Lula-ricos contra pobres (Artigo).....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Disputa tarifária pesa no câmbio e nos juros futuros.....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Benefícios de um salário mínimo já são 34% do PIB, diz estudo.....	41

Comissão da Câmara aprova isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil

VICTORIA ABEL

Prioridade do governo Lula no Congresso Nacional neste ano, a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil mensais avançou ontem na Câmara dos Deputados. A comissão especial da Casa que analisa o tema aprovou o projeto de forma unânime. A proposta será votada agora pelo plenário, o que deve ocorrer em agosto, antes de seguir para o Senado.

O texto relatado pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) manteve a maior parte do que foi proposto pelo governo, incluindo a cobrança mínima de 10% para quem ganha a partir de R\$ 1,2 milhão.

Hoje, está isento do pagamento de IR quem recebe até R\$ 3.036, o equivalente a dois salários mínimos este ano. Na prática, a pessoa que ganha até R\$ 5 mil não pagará mais IR a partir de 2026. Quem recebe entre esse valor e R\$ 7.350 também será beneficiado, mas em um nível menor. Antes, o projeto previa benefício apenas para quem ganhava até R\$ 7 mil. Lira disse que a ampliação da faixa beneficiada pode atingir até 500 mil pessoas.

Em última modificação ontem, Lira retomou um redutor da carga tributária, como havia sido proposto originalmente pela equipe econômica. Esse dispositivo havia sido retirado do relatório apresentado pelo parlamentar na semana passada. De acordo com ele, a **Receita Federal** não havia apresentado dados suficientes quanto aos possíveis efeitos fiscais do redutor.

Esse mecanismo prevê a combinação da carga tributária cobrada das empresas e da pessoa física. Por ele, a soma das alíquotas pagas pelo acionista e pela empresa não pode passar de 34%, que é soma do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplicável à maior parte das companhias -empresas financeiras pagam valores diferentes e maiores.

RENÚNCIA DE R\$ 31,7 BILHÕES

O deputado disse que não havia estimativa confiável do impacto da medida e que o mecanismo seria inócuo, porque as empresas brasileiras pagam em média 21,5% de imposto (IRPJ) e não o teto de 34%.

No entanto, a **Receita Federal** ofereceu novos cálculos com impacto de R\$ 6 bilhões para o mecanismo de compensação. Dessa forma, Lira decidiu reintroduzir a compensação no texto. Os estrangeiros, porém, poderão abrir mão do crédito se isso facilitar o pagamento complementar de imposto em seus países.

Com a modificação, o projeto não terá mais sobras de arrecadação no período dos próximos três anos:

-O projeto está justo, com pequeno déficit para 2028, plenamente assimilável.

No projeto original, a renúncia seria de R\$ 25,8 bilhões ao

ano. A alíquota de 10% gerará R\$ 34 bilhões de arrecadação ao ano. Com a ampliação da faixa beneficiada, a renúncia anual poderá chegar a R\$ 31,7 bilhões, contando a perda de estados e municípios.

Lira disse que o projeto pode ser um embrião da **reforma tributária** da renda:

-Não é resultado de um alinhamento com o governo. A matéria traz soluções para quem ganha até R\$ 5 mil. Esse Congresso é conservador, liberal e reformista.

Para ele, a aprovação do texto não se trata de "vitória isolada", mas de trabalho coletivo:

- No mínimo, neste momento, pode destemperar essa polarização para se pensar no público alvo. Não quero gerar expectativa de que esse texto terá uma tramitação fácil no

plenário. Aqui (na comissão) é um ambiente mais fácil.

A cobrança da alíquota mínima no Imposto de Renda Pessoa Física para as rendas mais altas é o pilar que sustentará as contas depois que a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e os descontos para quem ganha até R\$ 7.350 começarem a valer. A isenção e a cobrança de imposto mínimo entram em vigor em 2026.

Quem ganha acima de R\$ 600 mil por ano começará a ser cobrado com alíquota adicional. Ela começa em

zero e sobe gradativamente para que quem recebe mais de R\$ 1,2 milhão todos os anos pague, ao menos, 10% de imposto sobre sua renda, incluindo dividendos, isentos para pessoa física.

Os descontos vão ocorrer mensalmente nas fontes de pagamento, quando for atingido ganho superior a R\$ 50 mil no mês. Quando a pessoa física for fazer a declaração do IR e o montante recebido no ano todo ficar acima de R\$ 600 mil se mantém a cobrança proporcional, até o valor de R\$ 1,2 milhão no ano. Caso o total seja menor que R\$ 600 mil, poderá haver uma dedução.

O relatório de Lira lista as rendas que poderão ser reduzidas da base de cálculo do imposto mínimo, como rendimento de LCA, LCI, CRA, CRI e FII e Fiagro. O deputado também manteve alíquota de 10% sobre dividendos enviados ao exterior, mas instituiu exceções: quando remetidos para governos estrangeiros, desde que haja reciprocidade, remessas a fundos soberanos e a fundos de pensão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Importações pressionam varejo e indústria

Helena Benfica De São Paulo

Após um período de forte retração, as compras internacionais de pequeno valor apresentaram sinais de recuperação gradual no segundo trimestre. Embora ainda esteja abaixo dos picos registrados antes das taxa-ções, a retomada desse comércio acende um alerta para o varejo e para a indústria têxtil nacional.

Segundo relatório do Santander, que compilou dados da **Receita Federal**, as vendas por meio do programa Remessa Conforme totalizaram R\$ 3,77 bilhões de abril a junho, um crescimento de 1% na receita.

"Essa aceleração pode ser parcialmente explicada pela antecipação de compras por consumidores que já esperavam o aumento do ICMS interestadual para compras internacionais", escreveram os analistas liderados por Ruben Couto. Isso fez com que a base de comparação com o primeiro trimestre ficasse menor.

O número total de encomendas de abril a junho foi de 36,7 milhões, ainda 29% abaixo do pico de 51,7 milhões registrado no segundo trimestre de 2024. Na comparação trimestral, o volume cresceu 13% em relação ao primeiro trimestre, com um aumento de 7% no ticket médio. Para a equipe do Santander, os números indicam uma demanda internacional em "normalização e crescimento".

O relatório destaca que ainda é cedo para dizer que a recuperação gradual do Remessa Conforme é má notícia para as varejistas brasileiras. Isso porque os dados não são divulgados por empresa, dificultando a análise de impacto específico, e os volumes ainda estão bem abaixo dos níveis pré-taxação.

Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), argumenta que "ninguém é contra as importações, desde que elas ocorram dentro dos parâmetros que deveriam reger as relações internacionais".

Segundo o executivo da entidade, o imposto para compras internacionais de até US\$ 50, que ficou conhecido como "taxa das blusinhas", freou o ímpeto das importações, mas ainda não trouxe pleno equilíbrio para o mercado. "Aqui se paga 90% de imposto, enquanto para eles [estrangeiros] a carga é de 45%. Isso, evidentemente, tira competitividade do produtor local", disse.

Para além das pequenas encomendas, dados da Abit mostram que as importações têm avançado na cadeia como um todo, pressionando a indústria nacional. Em 12 meses encerrados em maio, a produção têxtil no país cresceu 8,5%, enquanto as importações avançaram 20,5%.

"O vestuário tem sofrido mais porque a importação cresceu 19,3% nos 12 meses até junho, um ritmo quase cinco vezes superior ao da produção local [4,3%]", afirmou Pimentel. Isso inclui, especialmente, compras feitas pelo regime convencional de importações, que representa a maior parte das compras internacionais feitas pelo setor.

Segundo Pimentel, essa realidade não é nova, mas vem se agravando com a escalada das tensões comerciais entre Estados Unidos e China. "Quando os EUA cortam importações da China, que é o maior exportador do mundo, eles vão colocar isso onde tem mercado, e o Brasil é uma opção", afirmou. Atualmente, o país asiático é responsável por 60% das importações brasileiras no segmento de vestuário.

Em relação ao anúncio recente do presidente americano, Donald Trump, de aumentar para 50% as tarifas impostas ao Brasil, Pimentel diz que a medida "praticamente inviabiliza a exportação de qualquer produto brasileiro". No caso do setor têxtil, as vendas para os EUA representam apenas 4% do faturamento

total da indústria. Há, por outro lado, um efeito para empresas que compram mercadorias nos Estados Unidos, como o grupo SBF, dono da Centauro e operador da Nike no país, e para varejistas de vestuário que compram coleções em dólar.

O executivo participou da reunião entre representantes de setores da indústria com o governo federal, na terça-feira (15), que pediu, principalmente, a negociação do adiamento na aplicação da tarifa, que deverá começar em 1º de agosto, caso não haja um acordo. Os representantes também se manifestaram contra a retaliação das taxas por parte do Brasil, com base na Lei da Reciprocidade Econômica.

Apesar dos desafios, a expectativa é que o setor encerre o ano no azul. A Abit projeta um crescimento de 2,6% para o setor têxtil e de confecção em 2025, em linha com a previsão do **PIB** para este ano. Os dados de janeiro a maio mostram que a produção têxtil cresceu 11,8% e a de vestuário, 1,6%. O varejo de

vestuário, por sua vez, avançou 5,4% no mesmo período.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250717/>

Investigação sobre o Pix é vista como "oportunidade"

A decisão do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) de investigar o mecanismo do Pix por, supostamente, ser uma prática de comércio desleal está sendo vista como uma nova oportunidade para o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo fontes do Valor, o Palácio do Planalto começou a discutir estratégias de comunicação para aproveitar este episódio e reverter a imagem negativa que foi deixada pela gestão Lula na época da chamada "crise do Pix". Na prática, o objetivo do Executivo é tomar as rédeas desse assunto a partir do movimento feito pelos Estados Unidos.

A "crise do Pix" eclodiu no início deste ano, a partir da publicação de uma instrução normativa da **Receita Federal** - revogada posteriormente - que ampliava a fiscalização sobre transferências mensais superiores a R\$ 5 mil realizadas por pessoas físicas. Essa instru-

ção da Receita acabou por gerar notícias falsas de que o Pix seria taxado pelo governo, o que acabou sendo desmentido depois.

Apesar de o Executivo federal ter atuado para esclarecer que não havia intenção de cobrar imposto sobre as transações feitas no Pix, o episódio afetou diretamente a imagem do presidente Lula e provocou uma queda na popularidade dele em alguns segmentos da população. Na época, o governo estudou até mesmo uma campanha de comunicação sobre o tema, mas acabou desistindo da ideia à medida que a crise se dissipou.

Agora, a cúpula do governo enxerga uma nova "janela de oportunidade" para que o Planalto consiga desfazer esse estigma. A ideia de uma ala do Executivo é aproveitar a "interferência externa" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para jogar no colo da oposição a responsabilidade por essa investigação contra o Pix. Com isso, o governo espera atingir em

cheio Jair Bolsonaro e seus filhos, que atuaram diretamente contra o governo naquela crise.

Na esteira dessa estratégia, o perfil do governo brasileiro já começou, inclusive, a fazer postagens em defesa do meio de pagamentos instantâneo. Na quarta-feira, o governo publicou, em sua página oficial no Instagram, uma imagem em verde e amarelo, na qual enfatiza: "o Pix é nosso, my friend [meu amigo, em

inglês]."

O texto de apoio dessa postagem vai além e afirma que o mecanismo de pagamento instantâneo está "causando um ciúme" no exterior. Em seguida, o gover-

"O Pix é modelo, um sucesso [...]. Então vamos explicar e não tem problema" Geraldo Alckmin

no defende que o Brasil "é soberano" e tem "orgulho do Pix".

"Parece que nosso Pix vem causando um ciúme danado lá fora, viu? Tem até carta reclamando da existência do nosso sistema seguro, sigiloso e sem taxas. Só que o Brasil é o quê? Soberano. E tem muito orgulho dos mais de 175 milhões de usuários do Pix, que já é o meio de pagamento mais utilizado pelos brasileiros. Nada de mexer com o que tá funcionando, ok?", conclui o texto.

A tática do governo leva em conta o fato de que Bolsonaro é próximo de Donald Trump, aspecto que facilita o argumento do governo federal de que a oposição seria responsável por mais esse capítulo na crise entre Brasil e Estados Unidos.

A contradição desse episódio, no entanto, é que o Pix vinha sendo utilizado como uma das principais bandeiras da direita para deprimir a imagem da gestão petista - situação que pode ser alterada com a investigação anunciada pelos EUA.

Curiosamente, o Pix foi desenvolvido pelo Banco Central e lançado em novembro de 2020, durante a gestão Bolsonaro. Rapidamente o mecanismo caiu no gosto da população, tornando-se a forma de pagamento preferida, superando o cartão de crédito e outros meios. É considerado simples, fácil e seguro. O BC também desenvolveu outros serviços do Pix, como o Pix Parcelado e o Pix Automático. Ou seja, um concorrente de peso para as bandeiras de cartões de crédito, entre outras empresas americanas.

O documento sobre a investigação comercial do USTR afirma que foi iniciada uma apuração "sobre os atos, políticas e práticas do Brasil relacionados ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas preferenciais injustas; aplicação de leis anticorrupção;

proteção da propriedade intelectual; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal". Em outro trecho, acrescenta: "Além disso, o

Brasil também parece se envolver em uma série de práticas desleais com relação a serviços de pagamento eletrônico, incluindo, entre outras, a vantagem de seus serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo".

Responsável pelo comitê inter-ministerial do tarifaço, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin minimizou a abertura de investigação contra o Brasil para apurar supostas práticas anticompetitivas do governo brasileiro. Sobre a questão do Pix, em específico, ele disse que o governo irá tratar de explicar aos Estados Unidos como funciona esse sistema. "O Pix é modelo, um sucesso [...]. Então vamos explicar e não tem problema", disse Alckmin.

Além disso, Lula decidiu gravar um pronunciamento a ser veiculado em cadeia de rádio e televisão nesta quinta-feira, no qual vai falar sobre o "tarifaço".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188266?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188266?page=1§ion=1)**

Senado aprova em 1º turno PEC que tira precatórios do teto do arcabouço fiscal

GABRIEL SABÓIA gabriel.saboia@bsb.oglobo.com.br

O Senado aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de renegociação da dívida dos municípios. A matéria só será votada em segundo turno após a volta dos trabalhos legislativos, em agosto. O relator da matéria no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) havia se retirado do plenário da Casa, no momento do adiamento da conclusão da votação.

A versão aprovada anteriormente na Câmara tira do teto de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal as despesas do governo com os precatórios, que são dívidas decorrentes de decisões judiciais das quais a União não pode mais recorrer. O teto é atualizado todo ano pelo IP-CA mais um ganho real de até 2,5%.

No início do mandato do presidente Lula, em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o Executivo a pagar uma parte dessas despesas fora das regras fiscais. Neste ano, serão pagos R\$ 58,6 bilhões dentro das normas e mais R\$ 44,1 bilhões fora das regras - levando a um desembolso total de R\$ 102,7 bilhões. Essa autorização, porém, só vale até 2026. A partir do ano seguinte, o governo teria de colocar todos os gastos com precatórios dentro do teto o que, pelas contas do Ministério do Planejamento, levaria o Orçamento a ficar sem espaço sequer para despesas obrigatórias com os pisos de Saúde e Educação.

Para impedir essa situação, a PEC busca criar uma nova forma de incorporar, paulatinamente, o custo dos precatórios aos cálculos das metas fiscais. O texto tira os precatórios do cálculo da meta fiscal em 2026 e estabelece que o valor será incluído na meta gradativamente, iniciando com um valor de 10% do estoque das dívidas.

A transição levará dez anos. A partir de 2027, a cada ano, mais 10% do valor das dívidas será incluído na meta, até que se atinja os 100% do montante devido.

DÍVIDAS DOS MUNICÍPIOS

A PEC traz também três pilares de renegociações de dívidas municipais com a União: novo parcelamento de débitos previdenciários,

novo limite para pagamento de precatórios e a

desvinculação de até 50% das despesas obrigatórias de cidades.

Na Câmara, o relator Baleia Rossi retirou o prazo para pagamento até 2029 e deixou a correção da dívida com o índice inflacionário, IPCA, mais 2% de juros simples. Hoje, a correção ocorre conforme a Taxa Selic, que está bem mais alta, em 15%. Ele também criou uma

regra que limita os gastos com pagamento de precatórios pelos municípios a cada ano. Prefeituras só poderão gastar até 5% da Receita Corrente Líquida do ano anterior com esse tipo de despesa. O relator fez um escalonamento desse limite, entre 1% a 5% da receita corrente líquida (RCL), de acordo com o total devido pela cidade:

O texto amplia de 60 para

300 meses a possibilidade de parcelamento dos saldos devedores de municípios, e também estados, com o Regime Geral de **Previdência Social**. A correção também foi modificada, da taxa Selic para o IPCA, acrescido de juros reais de 0% a 4%, escalonados de acordo com o percentual de quitação antecipada do estoque da dívida que o município venha a realizar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tarifaço de Trump atinge a Bahia em cheio, diz o presidente da Fieb - LEVI VASCONCELO

LEVI VASCONCELO

- Cerca de 90% das exportações baianas para os EUA são feitas pela indústria. Ou seja, basicamente quem exporta para os EUA no nosso Estado são as indústrias.

A palavra aí é de Carlos Henrique Passos, presidente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), ao falar sobre as preocupações que o tarifaço de Donald Trump causam na Bahia.

Ele ressalta que os setores mais afetados são os de celulose, pneus e derivados de cacau, que representam uma fatia significativa do comércio do próprio Brasil com o mercado norte-americano.

- Essa tarifa não é apenas uma taxa de importação. Ela não permite a continuidade dos negócios. Onerar o produto em 50% do preço atual é praticamente inviabilizar a operação.

AMBIENTE - Ele criticou também a possibilidade do governo brasileiro aplicar a Lei da Reciprocidade.

- Aplicar a Lei da Retaliação, que venha a onerar as importações americanas, não vai ajudar em nada. Ao contrário, só vai piorar o ambiente industrial.

Carlos Henrique estava ontem no almoço, no Barbacoa, de apresentação da 7ª edição da Expotech, a indústria de cosméticos, saneantes e tintas, diante do empresariado presente, todos eles concordando e se dizendo também preocupados.

O empresariado da indústria formou um grupo de trabalho para discutir as saídas caso o tarifaço prevaleça, mas faz a advertência:

- A tarifa de 50% não é taxa de importação, é uma sanção. Ela proíbe qualquer negociação. Temos que buscar uma saída.

COLABOROU: MARCOS VINICIUS

**

Mulheres negras enviam carta a Bruno pedindo fim da greve

Oito entidades que congregam o Movimento de Mulheres Negras, a começar pela União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro) subscreveram uma carta a Bruno Reis, prefeito de Salvador, pedindo o fim da greve dos professores em Salvador, que já dura 72 dias.

A carta pede o pagamento do piso salarial aos professores como forma de acabar a greve, que impacta diretamente na vida de 130 mil

crianças e de suas famílias.

O fato objetivo é que a greve dos professores em Salvador e Lauro de Freitas inaugurou uma nova faceta política: o protesto de pais de alunos contra as greves.

Compreensível. Hoje, as escolas dão, além da educação, também alimento para as crianças, às vezes café, almoço e janta.

Os sindicalistas culpam os prefeitos, mas os pais dos alunos culpam todos.

Wilson celebra prorrogação das dívidas com o **INSS**

Expotech cresce mais de 50%

Juan Lorenzo, do sindicato das indústrias de saneamentos, e Raul Menezes, da indústria de cosméticos, apresentaram ontem no Barbacoa um painel do que será a Expotech 2025, que será realizada segunda e terça no Se-naí Cimtec.

A área foi ampliada em 50%, com 83 expositores de matérias primas, equipamentos e insumos voltados para a indústria de cosméticos, saneantes e insumos.

Wilson Cardoso (PSB), prefeito de Andaraí e presidente da UPB, passou a semana em Brasília para convencer deputados a votar logo a PEC 060, que prorroga a dívida das prefeituras com o **INSS**. Valeu o esforço, a Câmara votou, só falta o Senado.

Pela PEC, as dívidas com o **INSS** serão pagas em 300 meses (25 anos) e o valor descontado não pode passar de 1% da Receita Corrente Líquida. Quem não quitar ao fim do prazo, ganha mais 60 meses (cinco anos).

- Bela vitória. 90% dos municípios baianos estão endividados com o **INSS**. Foi trabalhoso, tiramos a emenda que incluía os municípios com sistema previdenciário próprio e a coisa fluiu.

REGISTROS

Contas de Jerônimo

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) realiza sessão hoje (14h30) para apreciar as contas de Jerônimo referentes ao ano passado. A relatoria é do conselho Irinaldo da Paixão. Os conselheiros irão aprovar parecer prévio, que será enviado para a Assembleia. Ano passado, sem problemas. A sessão é aberta.

Conectando jovens

O Hub Salvador será palco da 29ª edição do Futuro em Foco (18), cujo objetivo é aproximar jovens do ensino médio e técnico das novas demandas do mercado de trabalho. O slogan é Conectando Juventude ao Futuro do Trabalho e é realizado pela CaptaRH, FIAP, Hub Salvador e Wayra, e apoio da Prefeitura de Salvador.

Projeção Colbert

Ao comentar a possibilidade do grupo de Zé Ronaldo (UB) ter três nomes como candidato a deputado federal, Zé Chico e o vice-prefeito Pablo Roberto (PSDB), além do dele, o ex-prefeito Colbert Martins saiu com essa: 'Pablo é um bom nome para suceder Zé Ronaldo'. Ou seja, sente e espere.

Roteiro histórico

Ao falarmos sobre a violência em Cairu, Camamu, Marago-gipe e Maraú, o leitor J.M.S. fez a ressalva: 'Já que são cidades históricas, não esqueça Porto Seguro. Lá o bicho pega'.

Site: <http://edicaodigital.atarde.com.br>

Congresso corrige injustiça e protege quem não pode mais esperar

Opinião - Correio Braziliense +

Por Luís Gustavo Nicoli* - A recente decisão do Congresso Nacional de derrubar o veto presidencial ao projeto que desobriga aposentados por incapacidade permanente e beneficiários do BPC com doenças irreversíveis de se submeterem a reavaliações periódicas representa um avanço civilizatório na história da **seguridade social** brasileira. Essa medida não é apenas uma correção jurídica, mas uma reafirmação da dignidade humana como princípio basilar do Estado. Ao reconhecer a crueldade embutida na exigência de perícias regulares para pessoas com condições médicas definitivas, o Legislativo optou por colocar a empatia e a racionalidade administrativa acima do automatismo fiscalista.

Durante anos, milhares de brasileiros viveram sob o temor de terem seus benefícios suspensos por motivos puramente burocráticos, mesmo quando a ciência médica já havia atestado a irreversibilidade de seus quadros clínicos. Submeter essas pessoas a deslocamentos cansativos, espera em filas e constrangimentos frequentes para comprovar o óbvio não é controle, é humilhação. O sofrimento humano imposto por essas exigências periódicas revela uma face desumana da máquina pública, que passou a tratar com suspeita crônica aqueles que mais precisavam de amparo.

É legítimo que o Estado busque prevenir fraudes, mas é preciso diferenciar vigilância de abuso. A nova norma, agora com força de lei, não elimina a possibilidade de revisão em caso de suspeita fundamentada. O que se descarta é a revisão sistemática como regra automática, mesmo diante de incapacidades permanentes. Ou seja, o instrumento de controle permanece disponível, mas o uso indiscriminado dá lugar ao bom senso. Essa distinção é fundamental para preservar o equilíbrio entre a proteção do sistema e a garantia de direitos.

A mudança traz impactos práticos inegáveis. Quem vive com doenças progressivas, incuráveis ou altamente incapacitantes não terá mais a insegurança recorrente de ver sua fonte de sustento ameaçada por processos administrativos arbitrários. No caso das pessoas vivendo com HIV, a nova regra determina que as avaliações devem contar obrigatoriamente com a

presença de um médico infectologista, garantindo respeito técnico e tratamento humanizado. São medidas que representam mais que alívio burocrático; elas reconhecem o valor da previsibilidade, do respeito e da estabilidade para quem enfrenta, diariamente, as limitações impostas por condições clínicas severas.

Não se pode ignorar, entretanto, os riscos de resistência institucional. O **INSS** pode atrasar a aplicação plena da nova lei ou adotar interpretações restritivas, o que pode gerar nova onda de judicialização. Para evitar esse cenário, será crucial que o Executivo publique com urgência uma regulamentação clara e objetiva, incluindo uma lista de condições médicas consideradas inequivocamente irreversíveis. A segurança jurídica que se busca com a norma só será alcançada se for acompanhada de sua implementação eficaz.

Por fim, a derrubada do veto é um símbolo importante. Mostra que o Congresso está disposto a agir em defesa da dignidade humana, mesmo diante de posicionamentos contrários do Executivo. Mais do que uma vitória legislativa, trata-se de um gesto de solidariedade institucional com os brasileiros que, por razões de saúde, já enfrentam o bastante. É também um recado: o parlamento não pode se omitir quando a burocracia se sobrepõe à humanidade.

Se há algo a aprender com esse episódio, é que nem todo controle é justo, nem toda perícia é necessária, e que a dignidade da pessoa humana deve ser o norte de qualquer política pública. O Brasil precisa deixar de tratar seus cidadãos vulneráveis como suspeitos em potencial e começar a enxergá-los como destinatários prioritários do cuidado estatal. Que essa conquista inspire outras, e que, aos poucos, o Estado brasileiro compreenda que exercer empatia também é uma forma de fazer justiça.

Sócio-fundador do escritório Nicoli Sociedade de Advogados. Advogado especializado em direito e processo do trabalho*

Por Luís Gustavo Nicoli* - A recente decisão do Congresso Nacional de derrubar o veto presidencial ao projeto que desobriga aposentados por incapacidade permanente e beneficiários do BPC com doenças irreversíveis de se submeterem a reavaliações periódicas representa um avanço civilizatório na

história da **seguridade social** brasileira. Essa medida não é apenas uma correção jurídica, mas uma reafirmação da dignidade humana como princípio basilar do Estado. Ao reconhecer a crueldade embutida na exigência de perícias regulares para pessoas com condições médicas definitivas, o Legislativo optou por colocar a empatia e a racionalidade administrativa acima do automatismo fiscalista.

Durante anos, milhares de brasileiros viveram sob o temor de terem seus benefícios suspensos por motivos puramente burocráticos, mesmo quando a ciência médica já havia atestado a irreversibilidade de seus quadros clínicos. Submeter essas pessoas a deslocamentos cansativos, espera em filas e constrangimentos frequentes para comprovar o óbvio não é controle, é humilhação. O sofrimento humano imposto por essas exigências periódicas revela uma face desumana da máquina pública, que passou a tratar com suspeita crônica aqueles que mais precisavam de amparo.

É legítimo que o Estado busque prevenir fraudes, mas é preciso diferenciar vigilância de abuso. A nova norma, agora com força de lei, não elimina a possibilidade de revisão em caso de suspeita fundamentada. O que se descarta é a revisão sistemática como regra automática, mesmo diante de incapacidades permanentes. Ou seja, o instrumento de controle permanece disponível, mas o uso indiscriminado dá lugar ao bom senso. Essa distinção é fundamental para preservar o equilíbrio entre a proteção do sistema e a garantia de direitos.

A mudança traz impactos práticos inegáveis. Quem vive com doenças progressivas, incuráveis ou altamente incapacitantes não terá mais a insegurança recorrente de ver sua fonte de sustento ameaçada por processos administrativos arbitrários. No caso das pessoas vivendo com HIV, a nova regra determina que as avaliações devem contar obrigatoriamente com a presença de um médico infectologista, garantindo respeito técnico e tratamento humanizado. São medidas que representam mais que alívio burocrático; elas reconhecem o valor da previsibilidade, do respeito e da estabilidade para quem enfrenta, diariamente, as limitações impostas por condições clínicas severas.

Não se pode ignorar, entretanto, os riscos de resistência institucional. O **INSS** pode atrasar a aplicação plena da nova lei ou adotar interpretações restritivas, o que pode gerar nova onda de judicialização. Para evitar esse cenário, será crucial que o Executivo publique com urgência uma regulamentação clara e objetiva, incluindo uma lista de condições médicas consideradas inequivocamente irreversíveis. A segurança jurídica que se busca com a

norma só será alcançada se for acompanhada de sua implementação eficaz.

Por fim, a derrubada do veto é um símbolo importante. Mostra que o Congresso está disposto a agir em defesa da dignidade humana, mesmo diante de posicionamentos contrários do Executivo. Mais do que uma vitória legislativa, trata-se de um gesto de solidariedade institucional com os brasileiros que, por razões de saúde, já enfrentam o bastante. É também um recado: o parlamento não pode se omitir quando a burocracia se sobrepõe à humanidade.

Se há algo a aprender com esse episódio, é que nem todo controle é justo, nem toda perícia é necessária, e que a dignidade da pessoa humana deve ser o norte de qualquer política pública. O Brasil precisa deixar de tratar seus cidadãos vulneráveis como suspeitos em potencial e começar a enxergá-los como destinatários prioritários do cuidado estatal. Que essa conquista inspire outras, e que, aos poucos, o Estado brasileiro compreenda que exercer empatia também é uma forma de fazer justiça.

Sócio-fundador do escritório Nicoli Sociedade de Advogados. Advogado especializado em direito e processo do trabalho*

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Congresso corrige injustiça e protege quem não pode mais esperar

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/07/7202715-congresso-corrige-injustica-e-protege-quem-nao-pode-mais-esperar.html>

INSS de julho começa a ser pago semana que vem; veja calendário

Colaboração para o UOL

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) divulgou o cronograma oficial de depósitos referentes ao mês de junho de 2025. Os pagamentos seguirão a sequência do número final do benefício (desconsiderando o dígito verificador), mantendo o modelo tradicional para garantir organização e fluidez no processo.

Aqueles que recebem até um salário mínimo terão os valores depositados entre os dias 25 de julho e 7 de agosto. Para os beneficiários com rendimentos superiores ao piso nacional, os créditos ocorrerão entre 1º e 7 de agosto.

Atualmente, o **INSS** realiza mensalmente mais de 40 milhões de transferências, sendo cerca de 28,2 milhões destinadas a pessoas que recebem até o valor mínimo e aproximadamente 12,3 milhões para quem ganha acima disso.

Para verificar a data exata do pagamento, é necessário observar o penúltimo número do benefício, desconsiderando o algarismo após o traço. Informações atualizadas podem ser acessadas por meio do site ou aplicativo Meu **INSS**, utilizando CPF e senha da conta Gov.br.

Em caso de questionamentos, o cidadão pode acionar a Central 135, que oferece atendimento automatizado todos os dias, além de suporte com atendente durante o horário comercial.

Também é possível consultar o extrato do pagamento, atualizar dados cadastrais e acessar outros serviços diretamente no app ou portal do Meu **INSS**, por meio da busca.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/07/17/inss-de-julho-comeca-a-ser-pago-semana-que-vem-veja-calendario.htm>

Inadimplência no consignado privado passa de 10% e acende alerta

Mariana Barbosa

A inadimplência nos repasses das primeiras parcelas de pagamento do crédito consignado privado está na faixa de 10% a 18% da carteira de algumas instituições, acendendo um alerta entre operadores que atuam no setor. Os números foram levantados pela coluna em conversas com financeiras que operam na modalidade de crédito, além de uma associação do setor.

O que aconteceu?

Uma taxa de inadimplência da ordem de 10% a 18% é considerada altíssima e o setor ainda tenta entender quanto disso é de fato inadimplência e quanto se deve a falhas operacionais de integração com o sistema do eSocial (o formulário eletrônico de processamento de salários e tributos). No momento, as instituições estão tratando como "inadimplência operacional" ou "quebra nos repasses". Cada instituição tem a sua regra, mas geralmente é considerado inadimplência propriamente quando os atrasos passam de 90 dias.

As instituições relatam os mais diversos problemas. Há empresas que simplesmente não repassam - mas a instituição não sabe se a parcela foi descontada do trabalhador. E casos de empresas com dezenas de funcionários que tomaram empréstimo e que fizeram repasses no agregado - e a instituição não consegue identificar o cliente. Há até caso de desconto em dobro.

O crédito consignado privado prevê que o empregador faça o desconto do salário do trabalhador e repasse o valor diretamente para as instituições financeiras. Para melhorar as taxas de juros, o consignado tem ainda a garantia de 10% do saldo do FGTS ou 100% da multa rescisória em caso de demissão sem justa causa.

No início do mês, o Congresso aprovou a medida provisória que criou o programa e incluiu a previsão de multa para os empregadores que descontarem do trabalhador e não repassarem os recursos.

R\$ 19 bilhões em empréstimos

O programa Crédito do Trabalhador entrou em operação em 21 de março e hoje soma R\$ 19 bilhões em créditos concedidos a 2,9 milhões de

trabalhadores com carteira assinada. O volume concedido em quase 4 meses já é metade do alcançado pela modalidade de consignado privado nas regras antigas - criada em 2003 e restrita a trabalhadores de grandes empresas.

As novas regras ampliaram o escopo: agora, qualquer trabalhador com carteira assinada, independentemente do porte da empresa, pode contratar o crédito que conta com taxas mais baixas que o crédito pessoal. O programa incluiu ainda trabalhadores domésticos com carteira assinada.

As taxas praticadas variam de 3% a 7% dependendo da instituição e do perfil de cliente - acima da versão anterior do consignado privado, que era da ordem de 2,9%. Além de ser uma operação de maior risco, as instituições alegam que as taxas devem baixar na medida em que os problemas operacionais forem sanados e o nível de inadimplência ficar mais claro.

"A alta inadimplência observada no pagamento da primeira parcela dos contratos tem impactado as taxas praticadas. Grande parte dessa inadimplência decorre de falhas operacionais das empresas no processamento dos débitos - cenário que tende a melhorar nos próximos meses, com o amadurecimento e aprimoramento dos processos de gestão das folhas de pagamento", diz o Alex Gonçalves, diretor de Crédito Consignado da Associação Brasileira de Bancos (ABBC). As taxas observadas pela associação neste início de programa variam de 10% a 15%.

Para a ABBC, além da resolução dos problemas operacionais na gestão do repasse pelas empresas, as taxas tendem a baixar com a implementação das fases de portabilidade do crédito e de refinanciamento, que devem entrar em vigor a partir de 5 de agosto. Também está pendente de implementação a efetiva operacionalização da garantia do FGTS.

O programa se apoia na concorrência para estimular a redução de taxas. A carteira digital de trabalho funciona como um market place onde as instituições fazem suas ofertas. Hoje são quase 70 instituições habilitadas, mas só 40 operando efetivamente - e algumas ainda em modo cautela.

"Projetamos elevação das concessões a partir do segundo semestre, com redução gradual das taxas,

quitação de dívidas mais caras e acirrada concorrência no mercado", diz Gonçalves.

A ABBC estima que os volumes mensais de novos contratos, hoje na casa de R\$ 4,8 bilhões, alcance R\$ 10 bilhões quando o programa estiver mais maduro - com a carteira na ordem de R\$ 200 bilhões. O consignado do **INSS** tem hoje uma carteira de R\$ 285 bilhões.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-barbosa/2025/07/17/inadimplencia-no-consignado-privado-chega-a-quase-20-e-acende-alerta.htm>

Reforma que aprimora desempenho de servidor deve ser aprovada este ano

BERNARDO LIMA

Os detalhes da reforma administrativa apresentados na terça-feira pelo relator do grupo de trabalho sobre o tema, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), contempla medidas como avaliação de desempenho de servidores e possibilidade de contratação temporária. Segundo especialistas, propostas como essas e a reestruturação de carreiras são fundamentais para reorganização do Estado. A expectativa do relator e de parlamentares é que os projetos sejam protocolados em agosto e provados pela Câmara dos Deputados já na retomada dos trabalhos legislativos este ano.

- E um calendário plenamente possível de acontecer - diz o parlamentar.

Pedro Paulo adiantou detalhes das propostas, embora a íntegra do texto não tenha sido divulgada. Os projetos contêm medidas como bônus para servidores que batem metas e podem tornar obrigatório o estabelecimento de objetivos para todos os órgãos públicos, que precisarão rever seu planejamento rotineiramente. Segundo Pedro Paulo, a reforma é importante na medida que visa à modernização do funcionalismo público e dos serviços prestados pelo Estado.

-O Estado tem um papel central na vida das pessoas, tem um papel também fundamental na economia. O jeito que o Estado funciona, a capacidade dele de prover bons serviços, qualidade do funcionalismo público, isso tudo é importante para a economia e a sociedade. É fundamental ter um novo marco regulatório que permita que o Estado seja mais justo e eficiente -disse.

CADASTRO NACIONAL

Para o professor Carlos Ari Sunfeld, da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP), a implementação de uma avaliação de desempenho é fundamental.

- É necessário proibir o reajuste automático, promoção por antiguidade ou promoções automáticas. A regra geral no serviço público brasileiro tem de ser por promoções por avaliação de desempenho. O

Congresso poderia ter um alto impacto se aprovasse uma emenda constitucional que vetasse as promoções automáticas -diz o especialista.

Também está previsto um Concurso Nacional Unificado (CNU) para cargos estaduais e municipais. Neste âmbito, o texto apresentado ao presidente da Câmara também prevê a obrigatoriedade de fazer um planejamento de recursos humanos para a próxima década antes de abrir um concurso. Desse modo, será feita uma avaliação se aquele cargo é necessário por um período temporário ou com uma carreira mais duradoura.

Para facilitar a organização pública, a reforma vai prever um cadastro nacional para contratação temporária de funcionários públicos, num modelo que será estendido a todos os entes da federação.

Para a professora de administração pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Alketa Peci, é fundamental que uma reforma passe por uma estruturação das contratações temporárias, na medida que esse tipo de admissão tem crescido no funcionalismo público:

-O risco dos temporários é você ter as pessoas sendo contratadas e desconstruídas a cada troca do governo, que é perigoso, que dá uma vulnerabilidade de trabalho. Então, é ótimo trabalhar essa ideia, de formalizar e de olhar de forma lógica, porque os temporários são necessários.

Entre os eixos da reforma também estão a gestão, governança e a transformação digital do poder público. No eixo da transformação digital, por exemplo, o projeto prevê que seja estabelecido um prazo para que todos os brasileiros sejam registrados em uma identidade digital. Objetivo é facilitar processos públicos que são atrasados pela falta de documentação em dia de beneficiários.

SISTEMA DIGITAL

Outra ideia é o ato digital obrigatório, que torna compulsório que todos os atos expedidos nas três esferas de Poder Executivo (federal, estadual e municipal) sejam registrados em um sistema digital.

O deputado federal Pedro Campos (PSB-PE), que

também participou do grupo de trabalho, avalia que, com a explicação das medidas à sociedade e líderes do Congresso, a aprovação pode ocorrer neste segundo semestre:

-Com as propostas apresentadas, há todo o segundo semestre deste ano para poder avançar na discussão. Se os textos forem bem recebidos pela sociedade e pelo Congresso Nacional, há a possibilidade de que possam avançar.

O vice-líder do governo na Câmara, deputado federal Rogério Corrêa (PT-MG), diz que enxerga um bom clima para aprovação no Congresso:

- Se for abandonada a ideia privatista e não se entrar nisso, eu acho que tem como aprofundar e avançar muito no segundo semestre, porque aí se larga o debate mais ideológico, e começa um debate pela melhoria.

O QUE PREVÊ A PROPOSTA

CNU pode ser estendido a estados e municípios

O Concurso Nacional Unificado (CNU), criado pelo governo federal, pode ser ampliado para estados e municípios. O certame unificou diversas provas de órgãos diferentes em uma única avaliação, que será feita pela segunda vez neste ano. Pela proposta, estados e municípios também poderão oferecer vagas pelo certame, de modo a reduzir custos e buscar servidores além das fronteiras.

Tabela única de remuneração para servidores

Uma das idéias levadas pelo relator é criar uma tabela única de cargos e salários, semelhante a modelos já existentes em Portugal e nos Estados Unidos. A proposta teria um período de transição e busca corrigir distorções salariais no serviço público, reduzir desigualdades entre as mesmas áreas de atuação e promover mais transparência sobre a remuneração dos funcionários estatais.

Facilitação para contratar temporários e cadastro

A reforma pretende facilitar a contratação de funcionários de forma temporária. O próprio governo considera que essa é uma forma importante para contratar para algumas funções, como brigadistas. O texto em discussão na Câmara prevê a adoção de um cadastro nacional para contratação temporária, em modelo que será estendido a todos os entes.

Avaliação de desempenho de servidores

O projeto em discussão também trata da avaliação de

desempenho, com base em um programa que já vem sendo tocado pelo governo. Uma das idéias é dar uma bonificação para quem cumprir metas. O grupo de trabalho que analisa a reforma não discute demitir profissionais com baixa performance. O governo se diz contra a competição de servidores, mas a favor da avaliação de desempenho.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Conexão Empresarial reúne forças pelo futuro do Brasil

Edição de 2025 aconteceu em Ouro Preto e reuniu grandes nomes do cenário político e econômico

Mais do que um encontro de lideranças, o Conexão Empresarial Anual 2025 reafirmou, no último fim de semana, sua vocação de espaço plural para troca de idéias, experiências e construção de caminhos para o desenvolvimento econômico e social do país. Em sua 14ª edição, o evento promovido pela VB Comunicação, revista Viver Brasil, Blog do PCO e jornal O TEMPO, foi realizado na semana passada, entre os dias 10 e 13, no re-sort Vila Galé Collection, em Ouro Preto, reunindo empresários, políticos, profissionais de diversas áreas e representantes da sociedade civil.

Durante quatro dias, o Conexão Empresarial consolidou-se como referência nacional no calendário de eventos corporativos ao promover conversas francas entre nomes de peso do cenário político e econômico brasileiro.

Participaram do encontro personalidades como o ministro Alexandre Padilha (Saúde), a ministra do TSE, Edilene Lobo, o vice-governador de Minas, Mateus Simões, além de empresários de destaque em setores como siderurgia, mineração, energia e serviços.

Com uma programação que equilibrou conteúdo técnico, relacionamento e lazer, os painéis e debates do Conexão abordaram temas estratégicos para o setor produtivo e a sociedade, como os desafios da **reforma tributária**, a competitividade da indústria nacional, o futuro do mercado de energia e a importância da preservação da saúde como pilar para a longevidade da população economicamente ativa.

Para o diretor da VB Comunicação, Paulo César Oliveira, o Conexão Empresarial cumpre, há mais de uma década, o papel de criar pontes entre diferentes setores da sociedade. "A proposta sempre foi promover o diálogo com profundidade, mas sem perder o olhar humano e próximo. O evento é uma oportunidade rara de reunir, em um mesmo espaço, lideranças com visões distintas, mas abertas à construção coletiva de soluções", destacou.

As plenárias do evento começaram oficialmente na quinta-feira (10). Entre os diversos temas debatidos ao

longo dos quatro dias, questões pontuais foram citadas em painéis, mas sempre dentro de uma perspectiva mais ampla de cenário econômico global.

Foram debates intensos, envolvendo a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de taxar em 50% todos os produtos brasileiros, o funcionamento das instituições e os caminhos que o país vai tomar daqui para frente. A **reforma tributária**, que começa a ser implantada no próximo ano, também foi tema dos debates e das reflexões no evento.

DIÁLOGO FRANCO

Sem direcionar o foco exclusivamente para pautas políticas, o Conexão Empresarial reafirmou sua essência: um ambiente onde o diálogo franco é a ferramenta principal para fortalecer o setor produtivo e apontar caminhos para o Brasil. Além das discussões técnicas, os participantes puderam usufruir de momentos de integração social e cultural, com experiências de gastronomia, música e bem-estar em meio ao cenário histórico de Ouro Preto. O Espaço Saúde Bem-Estar, oferecido pelo Hospital Felício Rocho, esteve entre as atrações, ampliando o conceito de cuidado integral que permeou a programação.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>

O presente e o futuro da tributação das bets no Brasil

Desde janeiro, o mercado de apostas online passou a operar sob um novo marco regulatório no Brasil, com a entrada em vigor das normas que regem o setor. Mais de 100 empresas estão autorizadas a explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa no Brasil. A expectativa é de que o Brasil se consolide como 3º maior mercado mundial do setor, com arrecadação de R\$ 20 bilhões anuais.

No entanto, essa regulamentação traz desafios fiscais, sobretudo diante da alta carga tributária e de lacunas interpretativas que dificultam a tributação da atividade.

Hoje, o setor é onerado em 12% sobre os rendimentos brutos do jogo (GGR); 34% de IRPJ e CSLL sobre o lucro das operadoras; 9,25% de PIS e Cofins sobre a receita bruta; e 2 a 5% de ISS sobre o preço do serviço, além das taxas mensais de fiscalização.

Recentemente, o Poder Executivo editou a MP nº 1.303/2025, que prevê a elevação da alíquota de 12% para 18% sobre o GGR, podendo levar a carga tributária total da atividade para mais de 60% do GGR.

Nesse cenário, uma questão que se coloca diz respeito à apuração da base de cálculo do PIS, Cofins e ISS, especialmente considerando as parcelas que devem ser deduzidas da base de cálculo desses **tributos**, por não representarem um acréscimo patrimonial efetivo e definitivo.

Com relação ao PIS e a Cofins, o conceito de receita já gerou muitas controvérsias, tendo o STF julgamentos emblemáticos sobre o tema, em que a receita bruta foi compreendida como o ingresso financeiro que se integra ao patrimônio como elemento novo e positivo.

Dessa forma, a definição tributária de receita está diretamente relacionada às atividades exercidas pelo operador, exigindo um ingresso de recursos definitivo, disponível e pertencente à pessoa jurídica, e não a terceiros.

Um dos pontos que tem o potencial de gerar controvérsias tributárias é a natureza jurídica dos incentivos concedidos aos apostadores, como bônus vinculados ao valor depositado, valores iniciais em prêmios acumulados e apostas gratuitas. É essencial analisar a natureza desses incentivos para evitar a

tributação de valores que não representem acréscimo patrimonial.

Outra discussão envolve a base de cálculo do ISS, pois ele incide sobre o preço dos serviços, considerado como a receita bruta decorrente das atividades de prestação de serviços. Contudo, não existe um valor cobrado aos apostadores pelo uso das plataformas, razão pela qual o preço de serviço tende a ser a própria receita bruta do operador.

Diante disso, em tese, todas as exclusões e deduções realizadas da base de cálculo do PIS e da Cofins deveriam valer também para o ISS. Sobre o tema, o Município de São Paulo já entendeu que todos os valores que devem ser repassados a terceiros devem ser excluídos da base de cálculo de ISS.

Já a **reforma tributária** instituiu dois **tributos** sobre operações com bens e serviços (IBS e CBS) com bases amplas, além do imposto seletivo (IS). Para concursos de prognósticos, há a previsão de um regime específico com a base de cálculo sendo a "receita própria da entidade decorrente dessa atividade", com dedução das "premiações pagas" e "destinações obrigatórias por lei".

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Assim, a tributação continua na receita efetiva do operador, limitada ao valor obtido como contrapartida da aposta. Incentivos concedidos, que não representam produto arrecadado, devem ser excluídos da base.

Já com relação ao IS, as controvérsias são maiores. Concursos de prognósticos são qualificados juridicamente como "serviços públicos", o que geraria dúvidas pois, segundo a Constituição Federal, esse imposto deve recair apenas sobre a "produção", "extração", "comercialização" de bens e a "importação" de "bens e serviços" que causam "prejuízos à saúde ou ao meio ambiente".

É de se questionar qual a relação causal direta entre apostas e "prejuízos à saúde ou ao meio ambiente". Quem joga na loteria ou faz uma aposta em bet não

causa, ipso facto, qualquer dano à sua saúde.

Há um certo clamor para que exista uma tributação elevada sobre essa atividade. Todavia, os reguladores não devem ignorar o fato de que a tributação excessiva pode ter o efeito de inibir o desenvolvimento do jogo regulado, diminuindo o valor dos prêmios pagos e tornando mais atraente o jogo clandestino.

Pesquisa recente do Instituto Locomotiva e da LCA Consultoria Econômica mostrou que entre 41% e 51% do mercado brasileiro de apostas opera na ilegalidade, gerando uma perda anual de mais de R\$ 10 bilhões em arrecadação. O objetivo das autoridades deveria ser manter um nível de tributação equilibrado, que aumentasse a taxa de canalização para o campo das apostas legais, assim como ocorre nos EUA e no Reino Unido, experiências bem-sucedidas de jogo regulado.

É essencial uma tributação equilibrada e com regras claras, que incentive o jogo regulado, traga segurança jurídica e viabilidade econômica. Afinal, sorte e azar devem se restringir ao jogo, e não à interpretação das normas. Caso contrário, a banca perde e o país também.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

O presente e o futuro da tributação das bets no Brasil

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/07/o-presente-e-o-futuro-da-tributacao-das-bets-no-brasil.shtml>

Marco legal da inteligência artificial busca estabelecer regras para a tecnologia

| *Maria Eduarda Lavoocat*

Nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) deixou de ser apenas uma ideia futurista para se integrar ao cotidiano de muitas pessoas. Hoje, ela participa de decisões rotineiras, cria conteúdos, fornece informações e influencia dinâmicas sociais e econômicas. Diante desse cenário, surgem questões essenciais: o que a IA pode fazer? Quais limites devem ser **impostos** ao seu uso?

Com essa perspectiva, o Senado Federal aprovou, no último ano, o marco regulatório da inteligência artificial no Brasil. A proposta visa estabelecer regras para o desenvolvimento e a utilização responsável da tecnologia, assegurando segurança jurídica, ética no uso da IA e a proteção de direitos fundamentais e autorais.

O texto substitutivo tem como base o Projeto de Lei 2.338/2023, do senador Rodrigo Pacheco. O projeto surgiu a partir de um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas e incorporou trechos de outras sete propostas legislativas, incluindo o PL 21/2020, já aprovado pela Câmara dos Deputados, além de emendas apresentadas por senadores durante a tramitação.

Antes de ser votada em plenário, a proposta foi analisada por uma comissão temporária, que realizou 14 audiências públicas com ampla participação da sociedade civil, especialistas em tecnologia e inovação, representantes do setor público e da iniciativa privada.

Fabiano Carvalho, especialista em transformação digital e CEO da Ikhon, empresa de tecnologia da informação, destaca que, se aprovado definitivamente, o texto exigirá que empresas e desenvolvedores de IA adotem medidas como transparência, explicabilidade, segurança da informação e prevenção de impactos discriminatórios. Caso essas obrigações não sejam cumpridas, os responsáveis poderão ser penalizados por eventuais danos.

Entre os mecanismos previstos estão a rastreabilidade e a auditabilidade dos sistemas, o que permitirão identificar com clareza quem desenvolveu e quem operou cada

tecnologia, elementos essenciais para a responsabilização penal, civil e administrativa em casos de uso indevido. O projeto também estabelece regras específicas para as inteligências artificiais generativas, com o objetivo de coibir fraudes, manipulação da opinião pública e disseminação de desinformação.

"As novas regras exigirão adaptações significativas nos sistemas de IA já em uso no Brasil, que deverão se adequar às exigências do marco regulatório, como a implementação de mecanismos de supervisão, transparência na coleta e no uso dos dados, documentação contínua e avaliações de risco" detalha Fabiano.

Para a advogada Layla Abdo, especialista em inteligência regulatória e presidente da Comissão Especial de Inteligência Artificial do Conselho Federal da OAB, o projeto tem como eixo central a valorização da pessoa humana. "O PL subordina a inovação tecnológica à proteção dos direitos fundamentais e à preservação do regime democrático, adotando uma lógica de risco escalonado que impõe obrigações proporcionais ao potencial de impacto dos sistemas de IA" afirma.

Ela também destaca que a relação entre inovação e proteção de direitos é uma das questões mais sensíveis do debate. "Durante a tramitação no Senado, foram apresentadas mais de 240 emendas ao texto original. Isso

demonstra a relevância do tema e o esforço dos parlamentares em construir um marco regulatório robusto" completa.

Um dos pilares da proposta é a classificação dos sistemas de IA conforme o grau de risco que representam à vida humana e aos direitos constitucionais. Quanto maior o risco, maior o nível de exigência regulatória e fiscalização. Essa abordagem busca garantir um controle proporcional ao impacto potencial de cada tecnologia.

"Essa abordagem é juridicamente adequada por ser proporcional e eficiente, e representa uma harmonização regulatória que facilita o comércio com um dos maiores mercados do mundo, a Europa que já adota o método", explica a advogada.

O projeto também determina que os cidadãos sejam informados sempre que estiverem interagindo com sistemas automatizados e exige a identificação clara de conteúdos gerados ou modificados por IA, como os deepfakes. "A transparência nesse processo é fundamental para proteger a autonomia individual, evitar manipulações e promover uma relação de confiança com a tecnologia", afirma Layla Abdo.

Outro ponto relevante é a garantia dos direitos autorais. Os autores de obras utilizadas no treinamento de sistemas de IA deverão ser devidamente remunerados e

ter seus direitos preservados. Além disso, o uso de imagem ou voz de qualquer pessoa em conteúdos gerados por IA dependerá de consentimento explícito.

"Ao garantir direitos autorais e o consentimento informado, o projeto protege criadores de conteúdo e evita a apropriação indevida de materiais em áudio, texto ou vídeo, promovendo um ambiente tecnológico mais justo e ético", ressalta a especialista.

Para que essas medidas sejam cumpridas, o projeto de lei propõe a criação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA). Ele será coordenado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e terá como papel regulamentar sistemas de alto risco, realizar estudos frequentes para aprimorar a legislação e adotar medidas de fiscalização para garantir que o uso da inteligência artificial esteja em conformidade com a lei.

Na visão de Fabiano Carvalho, o marco regulatório cria um ambiente de maior segurança jurídica, um dos principais fatores levados em conta pelos investidores na hora de tomar decisões e realizar investimentos. "A regulamentação não impede o desenvolvimento de sistemas no país, apenas organiza as tecnologias dentro de parâmetros que respeitam a privacidade de dados e a proteção das pessoas", afirma.

O especialista em transformação digital também defende a necessidade de integrar o marco regulatório da IA com outras legislações existentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para evitar sobreposição de competências e detalhar procedimentos como auditoria e critérios para avaliação de risco.

"Um dos principais riscos das IAs é a ameaça à privacidade, já que os sistemas atuais coletam e processam grandes volumes de dados pessoais sem o devido controle. Também há o risco de reprodução e amplificação de discriminações, além da criação de conteúdos enganosos como deepfakes", detalha.

Agora o texto substitutivo segue para análise na Câmara dos Deputados, onde será discutido, votado e, se aprovado, sancionado pelo presidente da República.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7590/16-07-2025.html?all=1>

Soberania une Poderes, que buscam negociação

RAFAELA GONÇALVES, WAL LIMA E FABIO GRECCHI

O encontro entre Geraldo Alckmin, Davi Alcolumbre e Hugo Motta, ontem, serviu para selar a união entre o governo e o Congresso em torno da defesa da soberania nacional e, também, para reforçar que a saída contra o tarifaço de Donald Trump deve ser pela negociação.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) reuniu-se com os presidentes do Senado e da Câmara não apenas para analisarem os passos a serem dados, mas, também, para avaliarem a nova arremetida dos Estados Unidos por meio de uma investigação que apura se políticas e práticas adotadas pelo Brasil restringem ou prejudicam o comércio norte-americano.

Além disso, foram divulgados, também ontem, detalhes da carta conjunta do MDIC e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), remetida às autoridades dos EUA, na qual o governo manifesta "indignação" com a taxaço, explicita a intenção de dialogar e frisa que os 50% **impostos** aos produtos brasileiros prejudicarão o comércio bilateral (leia sobre a carta na página 3).

No encontro entre Alckmin, Alcolumbre e Motta, na residência do Senado, os três fizeram questão de mostrar que estão alinhados na busca de uma solução contra o tarifaço.

Explicitaram, também, que o Congresso se unirá ao esforço de negociação do governo para convencer os auxiliares de Trump de que a taxaço é injusta e que, nessa guerra, só haverá derrotados.

"O Parlamento brasileiro está unido em torno da defesa dos interesses nacionais. Temos a compreensão, a Câmara dos Deputados e o Senado, de que nós vamos defender a soberania nacional, vamos defender os empregos dos brasileiros, vamos defender os empresários brasileiros, que geram riqueza para o Brasil. Tenho convicção, também, de que esse processo tem que ser liderado pelo Poder Executivo.

Quero fazer um registro da satisfação de ter o vice-presidente do Brasil liderando esse processo. Acho que o presidente Lula acertou com sua equipe de

empoderar (Alckmin), para que o senhor possa conduzir todas essas tratativas sem, em nenhum momento, abrir mão da soberania do nosso povo, dos interesses do Brasil", enfatizou Alcolumbre, mandando um recado velado ao governador Tarcísio Gomes de Freitas, de São Paulo, que na terça-feira reuniu-se com empresários para abrir uma negociação classificada por ele de "paradiplomática" com os norte-americanos.

Para ajudar no esforço de negociação, o Senado criou ontem uma comissão temporária, integrada por quatro parlamentares, que irá ao Capitólio, em Washington, tentar abrir mais uma frente contra a taxaço de 50%.

Convergência

Além da convergência de governo e Congresso sobre o tratamento a ser dado ao tarifaço, no pacote a ser discutido com os EUA entra, também, a investigação conduzida pelo Escritório do Representante de Comércio (USTR). A apuração abrange seis frentes (veja quadro acima), que incluem críticas ao Pix, tarifas de importação, violações de propriedade intelectual - com menção direta à Rua 25 de Março região de comércio popular na capital paulista -, além de questões relacionadas ao etanol, à corrupção e ao desmatamento. No documento, o governo de Washington aponta supostas "práticas" brasileiras que, conforme aponta, "distorcem a concorrência" e prejudicam as empresas norte-americanas. Essas alegações serão analisadas ao longo do segundo semestre e podem resultar na imposição de mais sanções, caso não haja acordo entre os países.

A investigação foi aberta com base na Seção 301, da Lei de Comércio dos EUA, de 1974, e prevê consultas diplomáticas, além de uma audiência pública marcada para 3 de setembro. Empresas e entidades interessadas poderão enviar explicações até 18 de agosto.

A medida foi anunciada dias depois de o governo norte-americano comunicar o tarifaço sobre produtos brasileiros, com vigência prevista para 1º de agosto. Na ocasião, Trump criticou o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF) - é réu e foi considerado pela alegação final, apresentada pela Procuradoria-Geral da República, chefe da organização criminosa que tramou

um golpe de Estado para impedir o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de assumir em 1º de janeiro de 2023 - e as decisões da Justiça brasileira contra empresas dos EUA de redes sociais.

Uma das práticas comerciais consideradas "desleais" são as disputas judiciais entre o governo brasileiro e plataformas digitais. "A investigação da Seção 301 do USTR responsabilizará o Brasil por suas práticas comerciais desleais e garantirá que as empresas americanas sejam tratadas de forma justa", afirma o documento. O relatório também menciona supostas pressões do governo brasileiro para que redes retirem do ar conteúdos de cunho político - medida que, segundo o USTR, impacta usuários norte-americanos e cria barreiras ao comércio digital.

Outra crítica das autoridades dos EUA é a promoção do Pix como forma de pagamento preferencial, o que, segundo os norte-americanos, compromete a competitividade de empresas privadas internacionais.

As maiores companhias globais do setor de pagamentos (Visa e Mastercard) são norte-americanas, e estariam em desvantagem diante da iniciativa brasileira.

Nem mesmo a Rua 25 de Março foi poupada pelos norte-americanos.

A zona de comércio popular na capital paulista é apontada como um símbolo da falta de eficácia do Brasil no combate à pirataria e à falsificação. O documento afirma que "a região permanece, há décadas, como um dos maiores mercados para produtos falsificados, apesar das operações de fiscalização direcionadas a essa área." Além disso, a proteção de direitos autorais e de propriedade intelectual também está no centro da investigação. O governo dos EUA ainda acusa o Brasil de ter uma estrutura tarifária que discrimina certos países.

Campanha nas redes

Assim que veio à tona que os norte-americanos consideram o Pix predatório, o governo federal desencadeou nas redes sociais uma campanha intitulada "O Pix é nosso, my friend". O formato instantâneo de pagamentos entrou em vigor em 2020, ainda no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, e foi desenvolvido pelo Banco Central (BC), em conjunto com a rede bancária nacional.

O tema causou reações no Congresso e, tal como acontecera mais cedo com a afinação do discurso entre Alckmin, Alcolumbre e Motta, galvanizou parlamentares da base do governo, da ala independente e, até mesmo, da oposição. A maioria

classificou a investida contra o Pix como um ataque à soberania nacional e uma tentativa de sufocar um sistema que já é referência mundial em inovação financeira.

Segundo Motta, "defendemos o diálogo como instrumento para resolver esse problema comercial.

Existem coisas que são inegociáveis, como a nossa soberania, a força das nossas instituições.

Isso não está na mesa.

Mas, do ponto de vista comercial, acerca das relações do Brasil com os Estados Unidos, eu penso que tudo pode ser conversado pelo nosso corpo diplomático".

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que a ofensiva dos EUA é "inaceitável" e que o Executivo está mobilizando esforços para proteger o sistema de pagamentos. "Vamos proteger o Pix, o Banco Central e o interesse nacional. Essa pressão externa não será aceita. O Brasil tem autonomia e um sistema de pagamentos que é exemplo mundial", frisou.

Na avaliação do deputado Chico Alencar (PSol-RJ), a iniciativa dos EUA representa uma "chantagem comercial" para favorecer multinacionais financeiras e sufocar a concorrência dos países em desenvolvimento.

"É mais uma expressão da velha lógica imperialista: sufocar quem ousa inovar. O Pix mostra que é possível ter um sistema público, eficiente e gratuito. Por isso incomoda", afirmou.

Para o deputado Reginaldo Veras (PV-DF), a movimentação de Trump é uma "bravata geopolítica" com motivação puramente econômica.

"Ele queria interferir numa tecnologia 100% nacional, que é o Pix, mas, no fundo, é uma disputa de mercado. À medida que os brasileiros fazem suas transações via Pix, sem custo, ele minimiza a utilização de cartões como Visa e Mastercard, que são empresas norte-americanas e deixam de arrecadar por meio de taxas (de manutenção)", observou.

Já o deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP) alertou que o presidente dos EUA está instrumentalizando o Brasil. "O Trump utilizou o Bolsonaro como uma desculpa para impor uma tarifa que ele queria baixar por interesses próprios dos Estados Unidos.

Não tem ingenuidade de achar que ele tem qualquer preocupação com liberdade de expressão ou Supremo. Outros 21 países também sofreram sanções

semelhantes, sem Bolsonaro ou qualquer perseguição política", frisou.

O presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), considera que a ofensiva de Trump é um ataque à soberania econômica do Brasil. "O Pix é uma das tecnologias de pagamento mais modernas do mundo. Ele é uma inovação brasileira de impacto global, inclusive já copiada pelos Estados Unidos, que implementaram o Fed- Now com base no nosso modelo.

Não há absolutamente nenhuma base técnica ou comercial para essa investigação", observou.

**

Confira os principais pontos da investigação da USTR

Pix e serviços digitais - O relatório acusa o Brasil de adotar práticas desleais no setor de pagamentos eletrônicos, privilegiando sistemas públicos como o Pix, em detrimento de empresas privadas norte-americanas, como Visa e Mastercard. Também critica barreiras à transferência internacional de dados, responsabilização de plataformas digitais por conteúdos de terceiros e pressões para remoção de postagens políticas, impactando diretamente empresas de tecnologia dos EUA.

Tarifas preferenciais - Segundo o documento, o Brasil aplica tarifas discriminatórias ao conceder tratamento preferencial a países como México e Índia, enquanto impõe alíquotas de até 35% sobre produtos americanos, classificados como "nação não favorecida".

Corrupção e Lava-Jato - Embora não mencione nominalmente a Operação Lava-Jato, o relatório faz referência indireta ao caso ao destacar decisões judiciais que anularam condenações por corrupção no Brasil. O texto questiona a efetividade das leis anticorrupção do país e aponta essas anulações como indício de fragilidade institucional. Ignora, porém, a anulação das condenações por ter ficado constatado o conluio entre o então juiz e hoje senador Sergio Moro (União-Brasil-PR) e integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) para condenações.

Propriedade intelectual e pirataria (incluindo a Rua 25 de Março) - O documento critica o combate insuficiente à pirataria, à falsificação e ao contrabando no Brasil, apontando a Rua 25 de Março como um dos principais centros de venda de produtos falsificados - que inclui decodificadores de streaming adulterados para o fornecimento ilegal do serviço, além de outros equipamentos que violam direitos autorais. Apesar das fiscalizações, a ausência de punições rigorosas

compromete, segundo os norte-americanos, a eficácia no combate ao crime.

Etanol - O governo Trump alega que o Brasil elevou tarifas sobre o etanol importado, com alíquotas que chegaram a 18%.

Consequentemente, as exportações americanas caíram de US\$ 761 milhões, em 2018, para apenas US\$ 53 milhões em 2024, situação classificada por Washington como uma "barreira comercial injusta". O que o documento desconsidera é que a taxação ao etanol norte-americano, por conta da proteção ao álcool brasileiro, contrabalança a tributação ao açúcar extraído da cana exportado pelo Brasil por conta da proteção ao açúcar tirado da beterraba que os cidadãos dos EUA usam para adoçar bebidas e alimentos.

Desmatamento ilegal - O relatório aponta que até 91% do desmatamento registrado em 2024 foi ilegal, facilitado por corrupção na cadeia de legalização de produtos agrícolas e madeira. Isso conferiria aos produtos brasileiros uma vantagem competitiva indevida no mercado global. O governo brasileiro, porém, tem investido na fiscalização e no controle, o que tem contribuído para a redução da devastação ambiental.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7590/16-07-2025.html?all=1>

O IOF e os fins errados - CELSO MING

CELSO MING

A decisão do ministro do Supremo, Alexandre de Moraes, sobre o pacote do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) não parece ter eliminado a questão mais importante dos conflitos entre o Congresso e o governo.

A decisão do ministro Alexandre de Moraes limitou-se a retirar do pacote do IOF a tributação que incidiria sobre o crédito denominado "risco sacado", que é uma operação comum no comércio, em que o fornecedor recebe à vista do banco pela mercadoria vendida no atacado, e o comerciante assume a dívida a prazo com o banco.

Mais de umavez, o próprio ministro, na condição de árbitro do conflito entre os outros dois po-

deres, afirmou que a questão central estava no uso indevido de um imposto regulatório, como é o caso do IOF, para fins escancaradamente arrecadatórios.

A razão pela qual o governo havia optado pelo uso do IOF para arrecadar mais tem a ver com o princípio da anualidade - segundo o qual um imposto destinado a aumentar a arrecadação só pode entrar em vigor no exercício fiscal seguinte ao da aprovação da lei. Essa exigência não se estende aos **impostos** regulatórios, que precisam entrar imediatamente em vigor.

Depois que o Congresso rejeitou a medida provisória que instituiu o pacote, o governo recorreu ao Supremo na tentativa de reverter a decisão legisla-

Haddad: aumento de **impostos**

tiva. Uma coisa é judicializar decisões para defender prerrogativas constitucionais. Outra é escavar narrativas contraditórias para impor o descabido.

Ao longo de semanas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a medida provisória do IOF como necessária para cobrir, em boa parte, o rombo fiscal que o governo se recusa a enfrentar com a redução de despe-

sas. Definia, portanto, sua natureza tributária. Em 2023, durante a apresentação do arcabouço fiscal, Haddad jurara que não aumentaria a carga tributária para cumprir as metas fiscais.

Na batalha perdida para o Congresso, o governo Lula

passou a acusar os lobbies dos ricos de empurrar para o "andar de baixo" o custo do saneamento fiscal. Ou seja, passou a defender o pacote como política de justiça tributária. É um argumento que não se justifica: além de encarecer o custo do crédito para as camadas de renda mais baixa, repassou a conta para os microem-preendedores individuais, para as pequenas e médias empresas que usam o Simples para saldar suas obrigações com o Fisco.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Texto da reforma do IR deve excluir multinacionais

O Projeto de Lei que altera o Imposto de Renda (IR) apresentado pelo governo sem dúvida tem méritos. A tributação da renda no Brasil é cheia de distorções, em geral resultado de exceções e regimes especiais. Quem ganharmenos paga proporcionalmente mais. O percentual calculado depois dos descontos permitidos -ou "alíquota efetiva" -pago por advogados, médicos ou contratados como pessoa jurídica é bem inferior ao de quem tem renda mais baixa. A principal qualidade do PL é tentar sanar essa injustiça tributária. O governo propôs isentar quem ganha até R\$ 5 mil mensais e reduzir alíquotas para a faixa até R\$ 7 mil. Na outra ponta, impôs uma alíquota efetiva mínima a quem tem renda superior a R\$ 50 mil mensais.

Mas o PL ainda tem problemas que precisam ser corrigidos. Em seu parecer, o relator do projeto na Comissão Especial da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), decidiu elevar a faixa de redução de alíquotas para quem ganha até R\$ 7.350. Mas manteve para as empresas multinacionais regras de taxaçaõ na fonte que podem contribuir para afugentar investimentos.

Quem recebe seu rendimento na forma de dividendos de empresas sujeitas a regimes especiais hoje paga menos imposto -em média 3,3% de alíquota efetiva no caso do Simples e 10,6% no do Lucro Presumido, ante até 27,5% para os assalariados. Para corrigir isso, o PL impõe uma alíquota efetiva mínima de até 10% para as rendas altas e um desconto na fonte de 10% sobre os dividendos distribuídos.

Na proposta original do governo, havia a possibilidade de restituição desse imposto retido na fonte quando a alíquota efetiva ultrapassasse 34%, considerando o imposto pago pela empresa e pelo sócio (ou 45% para instituições financeiras). Tal limite faz sentido, porque esse é o patamar de taxaçaõ das empresas sujeitas ao regime de Lucro Real, um dos mais altos do mundo. Na primeira versão de seu relatório, porém, Lira eliminou o teto para a alíquota efetiva, elevando a taxaçaõ dos sócios a até 40,6% (ou 50,5% no caso das empresas financeiras). Se aprovado, esse patamar configuraria uma carga de **impostos** ainda maior, criando desincentivo aos investimentos. A versão aprovada pela Comissão Especial felizmente restaurou o teto. É uma ta-

xaçaõ alta para padrões internacionais, mesmo assim

a decisão foi um avanço em relação à primeira proposta de Lira.

No caso das multinacionais, porém, a distorçaõ foi mantida. Pelo texto, empresas estrangeiras que detêm participações acionárias no Brasil passam a sofrer retençaõ na fonte de 10% dos dividendos que recebem, mas sem que haja restituiçaõ, tanto no Brasil quanto no exterior. A medida consolidaria o país como o primeiro no ranking mundial das maiores cargas tributárias sobre lucros empresariais. Para afugentar ainda mais o capital estrangeiro, o governo também mirou nas multinacionais no embate em torno do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Ao analisar o PL, os deputados devem excluir as empresas estrangeiras da taxaçaõ adicional. Na melhor das hipóteses, elas repassariam o custo dos **tributos** ao consumidor, gerando mais **inflaçãõ**. Na pior, simplesmente desistiriam de investir no Brasil. "Com esse trecho do PL, o governo dá um tiro no próprio pé, porque todos os brasileiros perdem", diz Romero Tavares, líder de Tributação Internacional na consultoria PwC. Sem essa correçãõ, o PL afas-

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Recurso à OMC daria apenas 'vitória moral', diz professora americana

O Brasil fará bem se de fato recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a decisão de Donald Trump de impor, a partir de 1- de agosto, taxas de 50% a produtos brasileiros importados pelos EUA, diz a americana Jennifer Hillman, professora de comércio internacional da Georgetown University, ex-integrante do órgão de apelação da entidade de comércio.

Mas, afirma ela, os brasileiros precisam ter claro que o caminho da OMC seria muito mais simbólico do que uma solução efetiva para a disputa com os americanos.

"Acho que o efeito prático não seria muito grande. É mais uma vitória moral" que o Brasil poderia obter, afirmou ela nesta terça-feira, 16, ao Valor.

Desde a semana passada, quando Trump anunciou que produtos brasileiros serão taxados em 50%, o governo Lula repete que vai apostar no diálogo e, depois, na OMC. E se nada disso dobrar os americanos a recuarem, que o Brasil vai retaliar.

No caso da OMC, o problema é que desde 2016 - ainda durante o governo Barack Obama -, os EUA minam o funcionamento do órgão de apelação da entidade, sob alegação de que seus integrantes excediam seu mandato. E que os EUA vinham sendo prejudicados por algumas de suas decisões. Sem avaliação das apelações, não haveria o aval formal para retaliações.

Hillman -que também atuou por anos na Comissão de Comércio Internacional dos EUA (USITC), agência federal que apoia decisões do Congresso americano - diz que o melhor que Brasil e demais países têm a fazer diante da sanha tarifária de Trump é intensificar o comércio entre mercados que não os EUA. É a hora certa, diz ela, de, por exemplo, desenrolar de uma vez um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.

"Em primeiro lugar [os países deveriam], trabalhar com os parceiros comerciais. Em segundo lugar, ver se não há uma resposta coletiva que seja mais forte e eficaz do que deixar que os Estados Unidos tentem jogar contra cada país isoladamente."

Jennifer Hillman reage com espanto à postura de

Trump de relacionar as tarifas de 50% prometidas contra o Brasil ao julgamento de seu aliado ideológico, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no Supremo Tribunal Federal. "Isso nunca foi feito antes. Isso ressalta o fato de que tudo o que Trump está fazendo com essas tarifas é ilegal".

Outro ponto chama sua atenção: a abertura de uma investigação pelo governo dos EUA contra alegadas práticas comerciais desleais do Brasil. A investigação se dará no âmbito da Seção 301 do Trade Act americano, de 1974. Esse é um procedimento grave, diz ela, que as autoridades brasileiras devem levar muito a sério. "Isso é algo incomum para o Brasil", disse ela, acrescentando que se achar que as alegações não procedem, Brasília deve se engajar fortemente no processo investigatório para contestar as acusações.

Valor: Qual parece ser o objetivo final do presidente Trump em relação à imposição de altas tarifas de

importação? É pressionar os países a fecharem acordos comerciais com os EUA ou aumentar a receita por meio de tarifas?

Jennifer Hillman: Acho que a resposta é que ele tem vários objetivos em mente. Eles competem entre si e, na verdade, se prejudicam mutuamente. Porque se o objetivo real é aumentar a receita, o que você quer é uma tarifa baixa que permaneça em vigor por um longo tempo, porque, assim, você continua arrecadando, pois ainda tem importações entrando e está arrecadando. Se o seu objetivo é fechar acordos, então você tem que estar disposto a abrir mão das tarifas. Ou seja, esses objetivos são totalmente contraditórios. E outra coisa que ele está dizendo que quer com essas tarifas é que todos fabriquem tudo nos Estados Unidos, que toda a produção volte para os Estados Unidos. Bem, se é isso que você quer, então você poderia construir uma barreira tarifária muito alta e mantê-la em vigor. Você não faz acordos, você não aumenta a receita porque você não terá nenhuma importação. Então, esse é outro objetivo, mas é completamente contraditório. Então, novamente, é muito, muito difícil dizer. Tudo o que sabemos é que o presidente Trump adora tarifas e que realmente não quer ouvir que elas são ataques ao povo americano, que são **impostos** muito regressivos para o povo americano, que são uma péssima maneira de

umentar a receita e que vão tornar os Estados Unidos menos competitivos.

Valor. Desde abril, quando Donald Trump anunciou sua nova política de altas tarifas de importação, por que apenas três países, Reino Unido, Vietnã e Indonésia, fecharam acordos tarifários com os EUA, como forma de evitar as taxações?

Hillman: Acho que as negociações são difíceis porque basicamente o que os Estados Unidos estão dizendo é: "Ok, queremos fazer um acordo com vocês, e os termos do acordo são: nós ganhamos e vocês perdem". Esses são os termos do acordo: nós ganhamos, vocês perdem. E, para muitos países, isso não é muito atraente, assinar um acordo em que se perde. Portanto, todos esses acordos violam completamente as obrigações dos Estados Unidos para com todos os seus parceiros comerciais. Quer dizer, estamos impondo essas tarifas aos nossos parceiros do acordo de livre comércio [México e Canadá]. Estamos violando todos os nossos compromissos comerciais na OMC. Então, para muitos países, acho que a visão é: "por que deveríamos fazer isso [negociar e assinar um acordo comercial com os EUA?] Por que deveríamos buscar um acordo? Para que os EUA possam continuar violando suas obrigações?" Os países avaliam: "Essa é uma proposta perdida para nós. Os EUA estão nos colocando em uma posição pior do que estávamos antes de o presidente Trump assumir o cargo". Acho que os EUA estão fechando acordos com países que realmente precisam deles. Quero dizer, que estão bastante desesperados. E devo dizer: nem mesmo sabemos ao certo os termos desses acordos. Nenhum deles ainda é um acordo que está finalizado.

Valor: O governo brasileiro está planejando recorrer à OMC. Esse caminho de tentar reverter por

meio da OMC as tarifas prometidas por Trump pode ter algum efeito prático?

Hillman: Acho que o efeito prático não seria muito grande. É mais uma vitória moral, que poderia ter algum efeito no futuro. Mas seria uma indicação clara de que o Brasil ainda acredita no sistema baseado em regras, que quer cumprir o sistema baseado em regras, quer honrar seus compromissos e gostaria de ser visto pelo resto do mundo como um país que obedece às regras e segue o caminho certo. E que o que os Estados Unidos estão fazendo agora pode ser julgado por um painel objetivo da OMC como uma violação. Novamente, essa pode ser a melhor opção para muitos países para, pelo menos, ter uma decisão do painel que diga que os Estados Unidos fizeram é uma violação de suas obrigações para com o Brasil e com outros países em relação a seus compromissos

tarifários. A outra coisa consequência, ao menos em teoria, seria dar ao Brasil, até certo ponto, uma base legal para retaliar os Estados Unidos. Na medida em que está buscando uma aprovação legal por trás da visão de que é aceitável retaliar. O problema do ponto de vista jurídico é que, tecnicamente, os Estados Unidos bloquearam o órgão de apelação. Se o Brasil apresentasse essa contestação contra os Estados Unidos e um painel decidisse, como seria de se esperar, que os Estados Unidos estão violando regras, os Estados Unidos teriam, tecnicamente, o direito de recorrer da decisão. Mas não há ninguém para julgar o recurso, então o recurso simplesmente ficaria parado. E de acordo com as regras, nada deve acontecer enquanto o recurso estiver pendente. Em outras palavras, o Brasil não deve retaliar enquanto o recurso estiver pendente e, enquanto não houver um órgão de apelação, porque os EUA o eliminaram, o recurso ficaria pendente para sempre. Então, tecnicamente, o Brasil não tem o direito de retaliar, mas todos os outros países sabem disso, que os Estados Unidos são os que acabaram com o processo de apelação. Se um painel decidir que os Estados Unidos estão errados, o Brasil poderia seguir em frente e retaliar e estar dentro dos seus direitos.

Valor: Diante desse quadro incerto na OMC, qual seria a resposta mais eficaz que o Brasil e muitos outros poderiam dar aos Estados Unidos? Retaliar, no fim, será o caminho?

Hillman: Para mim, o melhor que os países podem fazer são duas coisas. Uma é fortalecer e melhorar suas relações comerciais com os outros. Realmente insistir na possibilidade de um

acordo entre União Européia e Mercosul, por exemplo, fortalecer muito mais os laços com os demais países da América Latina, com os países asiáticos. O Brasil, talvez, pudesse até reduzir suas tarifas para o resto do mundo. E então, se for retaliar, aumentá-las apenas contra os Estados Unidos. É muito mais importante que o mundo se una para encontrar uma resposta coletiva melhor aos Estados Unidos. Portanto, repito, em primeiro lugar, trabalhar com os parceiros comerciais. Em segundo lugar, ver se não há uma resposta coletiva que seja mais forte e eficaz do que deixar que os Estados Unidos tentem jogar contra cada país isoladamente.

Valor Como a senhora avalia a abertura, pelas autoridades americanas, de uma investigação no âmbito da seção 301 contra o Brasil por supostas práticas comerciais injustas?

Hillman: Isso é algo incomum para o Brasil. E, para mim, o Brasil deve participar plenamente [desse processo]. Quero dizer, provar que muitas dessas

alegações que estão sendo feitas não são verdadeiras. Ou seja, se o Brasil acha que elas não são verdadeiras, então conteste durante esse processo 301. Esse é um processo sério conduzido pelo departamento de comércio dos Estados Unidos. E, na minha opinião, é preciso que o Brasil participar plenamente [desse processo].

Valor. Com base na sua experiência no comércio internacional, como a sra. vê a posição do presidente Trump de vincular tarifas de 50% ao Brasil ao processo judicial a qual o ex-presidente Bolsonaro é submetido no Brasil?

Hillman: Isso nunca foi feito antes. Isso ressalta o fato de que tudo o que Trump está fazendo com essas tarifas é ilegal. Elas não são permitidas pela lei dos EUA e não são permitidas pelo direito internacional. E o fato de ele estar vinculando algo que não tem nada a ver com comércio às tarifas apenas, para mim, ressalta o fato de que essa medida é ilegal. Não se justifica sob a lei que ele está usando, que é a Lei de Poderes de Emergência Econômica Internacional. Em primeiro lugar, não creio que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional conceda qualquer autoridade tarifária, na medida em que se possa interpretar que o faz, o que não é o meu caso, mas, na medida em que se possa ser utilizada para fazer face à emergência nacional que ele declarou. A emergência nacional que ele declarou é o déficit comercial. Perseguir tudo o que está relacionado com Bolsonaro não tem nada a ver com o déficit comercial e, portanto, é completamente ilegal o que o presidente está fazendo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188266?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188266?page=1§ion=1)**

Cadeia pecuária pode perder US\$ 13 bi em vendas aos EUA neste semestre

Rafael Walendorff De Brasília

O Brasil pode perder US\$ 1,3 bilhão em exportações de carne bovina e outros produtos da cadeia pecuária apenas no segundo semestre de 2025 caso a sobretaxa de 50% dos Estados Unidos seja confirmada a partir de agosto, estima a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo). Ao longo de 2026 e dos anos seguintes, as perdas podem ser de, ao menos, US\$ 3 bilhões anualmente.

As projeções têm como base o desempenho das exportações de carnes e subprodutos bovinos do Brasil aos EUA no primeiro semestre, que somaram US\$ 1,287 bilhão. Nos cálculos da entidade, a taxa anunciada por Donald Trump pode gerar saltos de 11% a 384% no valor dos **impostos** pagos por tonelada desses itens, o que inviabilizaria as vendas aos americanos e resultaria em prejuízo à balança comercial brasileira.

Os cálculos da Abrafrigo consideram embarques de cortes de carne bovina desossados congelados (149,4 mil toneladas e US\$ 737,8 milhões), sebo bovino (230,2 mil toneladas US\$ 248,7 milhões), preparações alimentícias e comed beef ou carne enlatada (23,4 mil toneladas US\$ 239,1 milhões), carnes bovinas desossadas frescas ou refrigeradas (7 mil toneladas e US\$ 53 milhões), carnes bovinas salgadas, secas ou defu-

madadas (1,2 mil toneladas e US\$ 7,7 milhões), tripas e rabos. A receita total foi quase o dobro da obtida no mesmo período de 2024 e o volume embarcado cresceu 85,4%.

A avaliação de Paulo Mustefaga, presidente da Abrafrigo, é que a taxa americana afetará essa cesta de produtos, e não só a carne bovina em si. Há uma preocupação especial com o sebo bovino, cujos embarques para os EUA representam quase 100% do mercado atual.

Para calcular o impacto total, a entidade considerou o preço médio de exportações desses itens, volumes e receitas obtidos nos últimos seis meses, e simulou a aplicação das tarifas de 50% no restante de 2025 e nos anos seguintes.

No caso das carnes desossadas, frescas, refrigeradas

ou congeladas, a Abrafrigo relatou que o Brasil participa de uma cota de 65,8 mil toneladas distribuídas entre vários países. Só no primeiro semestre de 2025, no entanto, os frigoríficos brasileiros enviaram volume equivalente a 2,5 vezes o total da cota, com quase 150 mil toneladas, o que mostra que a maior parte paga tarifa extra-cota. No caso da carne em conserva e do sebo não há cota tarifária.

A carne desossada congelada exportada aos EUA paga atualmente uma tarifa extra-cota de US\$ 1,78 mil por tonelada, o que representa 36% dos preços médios FOB. Com a tarifa adicional de 50%, o montante passaria para US\$ 3,75 mil de imposto de importação por tonelada, alta de 111%. A tarifa final seria equivalente a 76% do preço da carga, o que inviabilizaria o comércio.

No caso do sebo bovino fundido, a tarifa passaria de US\$ 151 por tonelada para US\$ 583, alta de 286%. O valor representaria 54% dos preços médios. Em relação às preparações alimentícias e conservas bovinas, a tarifa sairia de US\$ 1 mil por tonelada para US\$ 5,1 mil por tonelada, alta de 384%, equivalente a 50,4% dos preços médios.

Segundo Mustefaga, as novas tarifas, com peso ainda maior sobre os preços finais dos produtos, impedem a comercialização. Com isso, a expectativa de exportar mais US\$ 1,3 bilhão nos seis meses finais de 2025 pode não se concretizar. Se o ritmo das exportações fosse mantido em 2026, a projeção do setor seria vender ao menos US\$ 3 bilhões aos EUA, considerando os mesmos patamares de preços.

"Quem paga essa tarifa é o importador. Ele não consegue colocar a carne congelada brasileira com 76% do seu valor em **impostos**, que teriam que ser repassados aos consumidores", disse Mustefaga. Com isso, alguns importadores americanos já pediram para os frigoríficos suspenderem a produção. Quase 60 estabelecimentos são habilitados a exportar carne bovina e derivados aos EUA hoje.

No acumulado deste ano, os EUA representam quase 15% das receitas obtidas pelo Brasil com as exportações de carnes desossadas congeladas, resfriadas ou enlatadas. Em relação ao sebo, os americanos representaram 99,6% do faturamento

obtido na exportação.

"A carne industrializada e o sebo bovino são muito representativos. A carne enlatada tem poucos mercados alternativos, e os EUA são muito importantes", disse Mustefaga. Segundo ele, o preço pago pelo produto é um diferencial. "Eles pagam mais de US\$ 10 mil por tonelada, cerca de 40% a mais que outros destinos".

Na visão do dirigente, a inviabilização das vendas aos EUA pode afetar outros mercados onde os americanos têm influência, como o México e o Canadá. "Os prejuízos podem ser ainda maiores", disse. Ele participou da reunião com o governo e demais cadeias exportadoras na terça-feira. E disse que confia na capacidade do vice-presidente, Geraldo Alckmin, de liderar o processo e conseguir reverter a tarifa.

"A carne enlatada tem poucos mercados alternativos"

Paulo Mustefaga

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250717/>

Comissão aprova isenção do IR para quem ganha até R\$ 5.000

LUCYENNE LANDIM E LARA ALVES

Parecer manteve a alíquota de até 10% para salário a partir de R\$50 mil por mês

A isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5.000 por mês foi aprovada, ontem, pela comissão especial que discutiu o assunto na Câmara. Hoje, tem alíquota zero quem recebe até R\$ 3.036. O texto do relator, deputado Arthur Lira (PP-AL), foi aprovado em votação simbólica, ou seja, quando não há registro nominal dos votos.

A votação, porém, não encerrou o assunto na Câmara. O texto será votado pelo plenário, que reúne os 513 deputados, em agosto, depois do recesso parlamentar. Em seguida, seguirá para análise no Senado.

A isenção do IR é uma das prioridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que pretende aplicar a medida, que aumenta a renda de cerca de 10 milhões de pessoas, antes das eleições de 2026. Para isso, o Palácio do Planalto conta com a aprovação total pelo Congresso até o final deste ano.

O parecer aprovado na comissão mantém dois pontos principais da proposta do governo: a isenção do IR para quem tem salário mensal de até R\$ 5.000 e a criação de uma alíquota progressiva de até 10% para quem recebe a partir de R\$ 50 mil por mês, como forma de compensação da renúncia fiscal de R\$ 27 bilhões por ano.

A alíquota máxima, na ordem de 10%, será cobrada de quem recebe a partir de R\$ 100 mil por mês, o que representa uma soma de R\$ 1,2 milhão por ano. Além disso, Lira manteve a cobrança do imposto de renda sobre lucros e dividendos pagos pelas empresas.

A compensação enviada por Lula foi ponto de atrito na Câmara. Deputados argumentaram que aumentar a carga tributária, ainda que para uma parcela mínima de quem tem alta renda, não seria o melhor caminho.

Para pacificar o assunto sem mudar a alíquota de compensação, Lira aumentou a faixa que pode ter isenção parcial do IR, que é a da classe média. O texto inicial previa reduzir a taxa para quem ganha entre R\$ 5.000 e R\$ 7.000, mas o relator aumentou o teto da isenção parcial para quem recebe até R\$

7.350, na intenção de beneficiar mais 500 mil pessoas.

"Tudo o que vier a contribuir com investimento, infraestrutura, transparência e justiça tributária a gente vai tratar ainda na votação no plenário. Vias hoje (ontem) é dia de comemorar um passo adiante para que a gente possa fazer alguns ajustes com justiça tributária, principalmente para as camadas mais baixas que pagam, realmente, mais **impostos** no Brasil", declarou o relator.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>

Senado aprova, em primeiro turno, nova PEC dos precatórios

VANILSON OLIVEIRA

O Senado Federal aprovou, ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que modifica as regras de pagamento de precatórios (dívidas judiciais que não cabem recurso), adiando o pagamento de parte dessas dívidas, recriando o calote que ocorreu em 2021, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O texto-base foi aprovado por 62 votos favoráveis e 4 contrários, mas ainda restam destaques a serem analisados. A continuidade da votação ficará para após o recesso parlamentar.

A nova PEC dos Precatórios, de autoria do Senado e já aprovada na Câmara dos Deputados, em dois turnos, altera o tratamento dos precatórios no âmbito das finanças públicas federais, estaduais e municipais.

O texto retira, a partir de 2026, os precatórios federais do limite de despesas primárias do Executivo, estabelecido pelo atual arcabouço fiscal. Também impõe um limite para o pagamento dessas dívidas judiciais por estados e municípios e autoriza o refinanciamento de débitos previdenciários desses entes federativos com a União.

O objetivo da proposta é permitir maior previsibilidade e controle sobre o impacto dessas dívidas judiciais nas contas públicas, mas a medida é vista com preocupação por especialistas em contas públicas.

Embora a PEC retire os precatórios do teto de gastos em 2026, quando ocorrem as eleições presidenciais, está previsto o retorno gradual desses valores às metas fiscais a partir de 2027. Segundo o texto, a cada ano, 10% do estoque total de precatórios será reincorporado ao limite fiscal estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garantindo a diluição do passivo ao longo do tempo.

A exclusão temporária dos precatórios das regras do arcabouço fiscal permitirá ao governo federal maior flexibilidade para cumprir a meta de resultado primário de 2026, estimada em R\$ 34 bilhões, o equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) previsto para o período. O estoque total de precatórios estimado para 2026 gira em torno de R\$ 70 bilhões.

Além disso, o texto aprovado pelo Senado segue entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que

autorizou a utilização de créditos extraordinários até 2026 para quitação de valores excedentes de precatórios, sobretudo aqueles decorrentes de regras consideradas inconstitucionais pela Corte, introduzidas pela Emenda Constitucional 114 (PEC Emergencial).

Embora permita a exclusão dos precatórios do limite de despesas primárias, a proposta não altera a base de cálculo do limite fiscal, preservando o arcabouço fiscal aprovado anteriormente.

Com a aprovação em primeiro turno, o Senado retomará a votação da proposta após o recesso parlamentar, quando será concluída a análise dos destaques e o segundo turno de votação.

Defesa de Tebet

Apesar das críticas de economistas sobre o impacto fiscal da proposta, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, voltou a defender, ontem, a PEC 66/2023, aprovada pela Câmara dos Deputados.

Segundo ela, a matéria representa uma solução fiscalmente responsável e juridicamente segura para o pagamento dos precatórios da União.

A ministra disse que a medida contribui para garantir previsibilidade ao governo e ao próximo presidente da República. "A decisão da PEC 66 aprovada na Câmara foi a melhor solução. Uma decisão equilibrada, que pode ter uma ou outra questão, mas dos males o menor. Ela resolve o problema a partir de 2027, dando segurança jurídica, previsibilidade e certeza de que nós não precisaremos mexer nas metas fiscais dos exercícios de 2025, de 2026, de 2027 e de 2028", declarou a ministra durante entrevista concedida no Senado.

De acordo com Tebet, o texto aprovado organiza o pagamento das dívidas judiciais sem gerar desequilíbrio fiscal no curto prazo.

Ela explicou que, em 2026, o Orçamento será pressionado apenas por uma decisão do Supremo, relacionada à ampliação do pagamento de licença-maternidade, com impacto estimado acima de R\$ 10 bilhões anuais.

"O único espaço fiscal aberto vai ser absorvido por

uma decisão judicial do Supremo. Vai gerar um custo adicional ao orçamento brasileiro, a partir do ano que vem e todos os anos, de mais de R\$ 10 bilhões, que é em relação à licença maternidade. Sem entrar no mérito, que eu acho absolutamente justo, como mulher e como mãe, mas que causa esse impacto", ressaltou.

Tebet destacou ainda que a proposta foi construída em articulação com diferentes áreas do Executivo e do Congresso. "Foi um trabalho de equipe que saiu do MPO, mas teve o apoio da Fazenda, da Casa Civil, da equipe econômica e política do governo", enfatizou a ministra, elogiando a receptividade do Senado à proposta.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7590/16-07-2025.html?all=1>

As falsas narrativas do governo Lula-ricos contra pobres (Artigo)

Ives Gandra da Silva Martins Professor emérito presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomércio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

Ao polarizar ainda mais a sociedade com seu discurso de ricos contra pobres, o governo Lula tenta desviar o foco de suas próprias falhas. As recentes manifestações do presidente, afirmando que defende os pobres contra os ricos, que o aumento do Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF) só atingiria os ricos e que ele é um defensor dos pobres, levantam uma questão que não tem nada a ver com a realidade. Qualquer tributação sobre as empresas implica prejuízo para os pobres, pois reflete no consumo.

As empresas sobrevivem porque têm lucro. Ou seja, elas não resistem se não conseguirem gerar lucro, não só para remunerar seus acionistas, mas também para reinvestir e manter a competitividade no mercado.

O presidente Lula, devido ao fracasso em cortar as contas públicas e não ter um plano efetivo para isso, quer aumentar a tributação que o Congresso rejeitou por esmagadora maioria. Com isso, ele busca dizer que o Congresso está defendendo os ricos e que ele defende os pobres.

Tentar transferir a sua incapacidade de controlar as contas públicas para um falso

problema - de que são os ricos que não o deixam administrar, enquanto ele faz estragos monumentais na administração, principalmente nas estatais, com a nomeação de seus amigos e gastos impensados - é evidente que é uma falácia, igual à pregação sempre fracassada do marxismo.

Os marxistas são que sempre disseram que podiam ser ditadores na Romênia, na Polônia, em todos os países da União Soviética, porque estavam defendendo o povo, os pobres, enquanto arruinavam os países.

Todos os países, naquela época, que eram conservadores, progrediram. E todos os que "defendiam o pobre" por intermédio de ditaduras, na época da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não tiveram progresso e caíram. Basta dizer que

voltaram a progredir a partir da queda do Muro de Berlim.

Então, me parece que essa falsa colocação, não dignifica o presidente Lula - que foi um presidente pragmático nos dois primeiros mandatos e agora virou um presidente ideológico -, de considerar que o seu fracasso na administração das contas públicas, que leva o presidente do Banco Central

por ele nomeado a manter juros elevados para corrigir e conter a **inflação** que ele não consegue controlar com seu frágil arcabouço fiscal, deve-se aos ricos, que não querem aumento de tributação. Isso é uma farsa.

Tenho a sensação de que, se o presidente Lula continuar assim, estando com dois anos e meio de seu governo sem um plano de recuperação das contas públicas, a não ser aumentando o endividamento e a tributação, tornará ainda mais sofrida a vida do povo brasileiro.

Se ele não quiser fazer a lição de casa, de cortar efetivamente os gastos, de fazer a política fiscal como Gabriel Galípolo está fazendo a política monetária, para tentar conter a **inflação** que o presidente Lula não controla, é evidente que seu governo continuará numa queda monumental da avaliação junto à opinião pública, em que a rejeição já é muito maior do que a aprovação.

Discursos como esse, de que ele realmente defende os pobres e que são os ricos que não querem aumento de **tributos** para que ele possa auxiliá-los, o povo não aceita mais. Isso também porque os cidadãos

ainda têm as redes sociais para se comunicarem, e qualquer um, por mais simples que seja, pode ter acesso às informações corretas. O povo tem percepção do que está acontecendo no Brasil.

Pessoalmente, mesmo não tendo votado no presidente Lula, gostaria que o governo desse certo, pois todo, brasileiro prefere mais que seu país progrida do que ser favorável a uma ou outra corrente que esteja no poder. Vejo que ele, entretanto, está mais preocupado em ganhar as eleições do que com o Brasil.

Por essa razão, ele faz questão de dizer que defende os pobres contra os ricos que não querem aumento de **tributos**. Vale destacar, mais uma vez, que tais **tributos**, ao incidir sobre as operações de todas as empresas, repercutiriam, necessariamente, nos preços de todos os produtos.

Tomara que o presidente Lula perceba, neste último ano e meio de governo que ainda tem, que a função de um presidente é governar o país para um bem futuro, mesmo com medidas amargas, e não procurar, com histórias e narrativas, mostrar realidades que, efetivamente, não existem.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/7590/16-07-2025.html?all=1>

Disputa tarifária pesa no câmbio e nos juros futuros

Maria Fernanda Salinet, Gabriel Caldeira e Bruna Furlani

O noticiário em torno da tarifa comercial de 50% dos Estados Unidos a importações do Brasil e suas consequências para o cenário político doméstico voltaram a guiar os mercados locais ao longo do pregão de ontem.

A decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de investigar práticas comerciais supostamente "desleais" trouxe cautela, o que ajudou o real a ter um dos piores desempenhos do dia ante o dólar entre as principais moedas do globo. Além disso, a disputa comercial tem dado fôlego à popularidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que nubla o cenário para o ciclo eleitoral do ano que vem.

Assim, investidores reduziram parte da exposição aos ativos domésticos ligada à perspectiva de mudança na condução da política econômica a partir de 2027. O movimento penalizou, em especial, os juros futuros de longo prazo, que fecharam a sessão em alta firme.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2029 encerrou o dia em alta de 13,63%, do ajuste anterior, para 13,70%. Já a taxa do DI de janeiro de 2031 saltou de 13,81% para 13,89%.

Já o dólar comercial registrou leve alta de 0,06%, a R\$ 5,5409, no segmento à vista. O movimento, apesar de contido, chamou atenção diante da desvalorização generalizada do dólar em relação a outras moedas, tanto de países emergentes quanto desenvolvidos.

Codiretora de investimentos da Armor Capital, Paula Moreno espera que o cenário externo siga ditando os rumos dos ativos locais, em especial do câmbio. Para ela, o foco do mercado continua na tarifa de 50% dos Estados Unidos contra o Brasil.

"Trump não tem muito a perder. A investigação [sobre práticas comerciais do Brasil] é para ter argumentos e impor essa tarifa", diz a executiva.

Moreno explica que o Brasil pode redirecionar produtos para outras regiões e o impacto será reduzido do ponto de vista da balança comercial. A grande questão, diz, é o canal financeiro na conta

corrente e o balanço de pagamentos.

"Uma parte do financiamento da conta corrente é em investimento estrangeiro direto. Será que vai afetar esse fluxo? [O déficit em] conta corrente representa 3,2% do **PIB**; precisamos de financiamento", destaca.

A profissional da Armor também afirma que, do ponto de vista de conta corrente e balanço de pa-

gamentos, há falta de dólar "spot" no mercado, dinâmica que se intensifica à medida que se aproxima o fim do ano. "Além de ter a imposição das tarifas, o mercado fica bastante receoso de algo que afete o canal financeiro. Esse é o medo. Acho que o mercado vai continuar em compasso de espera."

O impacto político da disputa tarifária também é visto como motivo de cautela. Após o mercado aumentar a exposição a ativos brasileiros com base na expectativa de vitória da oposição nas eleições presidenciais de 2026, parte desse movimento é revertido diante da melhora da avaliação do governo Lula após o anúncio da tarifa americana.

Divulgada ontem pela manhã, uma pesquisa da Quaest mostrou queda na desaprovação do governo Lula, de 57% para 53%, e uma oscilação de 40% para 43% entre os entrevistados que avaliam o governo positivamente.

Em relatório, a economista-chefe da Principal Asset Mana-

gement, Marcela Rocha, destaca a recente mudança de tom do governo para uma postura mais agressiva no caso da crise do IOF e, agora, da disputa comercial com os Estados Unidos.

"Além de abraçar a defesa dos pobres contra os ricos, Lula está usando a narrativa da soberania nacional e patriotismo para atrair apoio popular. Se o episódio das tarifas impulsionar a popularidade de Lula, como foi o caso de outros líderes políticos in-cumbentes em alguns países desde que Trump assumiu o cargo de presidente, isso pode ter implicações importantes para as eleições do ano que vem", aponta Rocha.

Os estrategistas Carlos Munoz Cárcamo e Drausio Giacomelli, do Deutsche Bank, vão na mesma linha e

avaliam que o conflito não deve se resolver tão cedo, já que "o governo Lula não irá se curvar facilmente às demandas de Trump". Além disso, há uma

oportunidade do governo culpar adversários políticos pela tarifa americana, "atrasando decisões importantes da oposição à respeito das eleições e, assim, favorecendo Lula, o que é visto como negativo pelos mercados".

Dessa forma, a medida dos Estados Unidos acrescenta algumas vulnerabilidades na perspectiva para o real, de acordo com os estrategistas. Apesar disso, eles ainda enxergam "bons fundamentos" para a moeda brasileira, como a dinâmica da conta corrente e o diferencial de juros elevado do Brasil em relação a outras economias.

Destoando da pressão mais forte observada nos mercados de câmbio e de juros, o Ibovespa encerrou o pregão em leve alta de 0,19%, aos 135.511 pontos, e com isso encerrou uma sequência de sessões consecutivas de queda.

No mercado acionário, a sessão de ontem foi marcada por um volume baixo de negócios, o

que pode ter ampliado a volatilidade do Ibovespa ao longo do dia. Fatores como a popularidade de Lula, a disputa comercial entre Brasil e Estados Unidos e críticas de Trump ao presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, movimentaram as ações.

Após o otimismo com o cenário local que levou o Ibovespa a bater novos recordes históricos no começo deste mês, a tendência é que o mercado adote uma postura mais cautelosa, de acordo com Rógerio Poppe, CEO da ARX Investimentos.

"Depois da alta [da bolsa], a gente acredita que tem mais espaço para ficar conservador agora", disse o executivo durante painel da Equities Insights, da XP. Segundo ele, a gestora reduziu sua exposição a ações atreladas ao ciclo econômico doméstico em favor de papéis ligados ao ciclo global, como Vale e Petrobras.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250717/>

Benefícios de um salário mínimo já são 34% do PIB, diz estudo

A despesa previdenciária com benefícios de um salário mínimo passou de 1,15% do Produto Interno Bruto (**PIB**), em 1997, para 3,10% do **PIB**, em 2024, de acordo com estudo inédito publicado por Fabio Giambiagi, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e um dos principais especialistas em **Previdência Social** do país.

Esse crescimento se deve, principalmente, à política de valorização real (acima da **inflação**) do piso salarial implementada durante os governos Lula e Dilma, e é um dos principais fatores que ajudam a explicar como as despesas com o Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS) chegaram a 8% do **PIB** no ano passado.

Chamado de A **previdência social** no Brasil: tendências e desafios, o estudo joga luz, entre outros pontos, para o efeito fiscal que o salário mínimo tem sobre as despesas com a **Previdência Social**. A despesas do RGPS - regime que atende os trabalhadores da iniciativa privada, via **INSS** - saltaram de 2,5% do **PIB**, em 1988, para 7,99% em 2024.

Segundo o documento, esse crescimento está ligado a três fatores: ao relativamente baixo crescimento da economia, às regras anteriores à reforma de 2019 que propiciavam a possibilidade de aposentadorias precoces e ao crescimento real do salário mínimo, fator este fortemente presente depois da estabilização do Plano Real.

O estudo aponta que, enquanto nos governos Fernando Henrique Cardoso o salário mínimo aumentava esporadicamente em função das pressões políticas de cada momento, nos governos Lula e Dilma houve uma política sistemática de variação real do piso. Essa política foi retomada agora, no governo Lula 3. Somente nos governos de Michel **Temer** e Jair Bolsonaro a política foi a de reajustar somente pela **inflação**.

"O efeito dos aumentos sucessivos do salário mínimo ao longo dos anos foi muito significativo em termos fiscais", destaca Giambiagi. Ele observa que o incremento real acumulado do sa-

lário mínimo em relação ao fim de 1994 foi de 189%, incorporando aumentos acima da produtividade da

economia. "Como ele corresponde ao piso do benefício previdenciário, o efeito sobre as contas fiscais foi maiúsculo", diz o pesquisador.

O efeito disso é que, enquanto as despesas com benefícios de um salário mínimo representavam 33% do valor total do pagamento de aposentadorias e pensões pelo Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) nos anos 2000, os sucessivos aumentos reais do piso levaram essa relação para 43% em 2023.

Outro efeito que a política de valorização trouxe para a **Previdência Social** foi reduzir a relação teto do **INSS**. Tanto 11ª reforma constitucional de 1998, como na de 2003, o teto foi fixado em dez salários mínimos da época (R\$ 120 e R\$ 240, respectivamente), mas, com os sucessivos aumentos reais do piso, o teto de recebimento de **INSS** - hoje estabelecido em R\$ 8.157,41 - passou a representar pouco mais de cinco salários mínimos.

Tais números corroboram, segundo Giambiagi, para a necessidade de reavaliação da regra de aumento real do mínimo, que, somada com o fim do bônus demográfico, eleva a pressão fiscal sobre a trajetória da despesa do **INSS**. "Não é razoável que a sociedade espere que os aposentados tenham aumentos reais indefinidamente. Em algum momento, essa ficha terá que cair", afirmou Giambiagi em entrevista ao Valor.

Ele diz que o desejável é que uma discussão sobre uma nova reforma da Previdência aconteça em 2027, no primeiro ano de manda-

to do próximo governo, quando é mais fácil aprovar pautas necessárias, mas impopulares. "Se não acontecer em 2027, fatalmente terá que acontecerem 2031."

Os números não consideram o impacto que o incremento real do salário mínimo tem sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial e do seguro-desemprego, o que aumenta ainda mais a pressão sobre as contas públicas.

Pessoalmente, Giambiagi defende que a Constituição passe a prever a indexação do salário mínimo apenas à **inflação** medida pelo INPC. A regra poderia valer por um período determinado, como dez anos. Já para equacionar a questão para os trabalhadores da ativa,

os Estados poderiam implementar os pisos salariais estaduais, prevendo os aumentos reais. Giambiagi reitera que essa é uma proposta pessoal dele, não constando no estudo publicado pelo BNDES.

Economistas ouvidos pelo Valor concordam que o reajuste do piso previdenciário pela regra do salário mínimo, associado ao envelhecimento da população brasileira, pressiona fortemente os gastos previdenciários e, portanto, deveria passar por uma revisão, nem que fosse gradual, para minimizar a pressão para as contas públicas.

"Vale pensar se os benefícios estão sendo concedidos de forma cuidadosa" Luís Eduardo Afonso

Para o professor da Faculdade de Economia e Administração da USP Luís Eduardo Afonso, o forte aumento da despesa previdenciária com benefícios de um salário mínimo ao longo dos últimos 27 anos é preocupante e reflete os "erros" na definição de políticas na Previdência que vem se somando ao longo do tempo. Por isso, na avaliação dele, o governo precisa repensar urgentemente essa política de reajuste. "Mas estou pessimista com a viabilidade política", frisou.

Afonso destaca, por exemplo, que não há explicação para a elevada expansão da concessão de benefícios rurais de um salário mínimo nos últimos anos já que a população rural tem diminuído. Conforme o estudo de Giambiagi, da despesa com benefícios do **INSS** de um salário mínimo de 3,10% do **PIB** em 2024, 1,57% do **PIB** se referem a benefícios concedidos na área rural c 1,53% na urbana. Em 1997, do total de 1,15%, 0,67% foram rurais c 0,48% urbanos.

"Vale pensar na questão gerencial, se os benefícios estão sendo concedidos de forma cuidadosa e adequada dada a explosão dos benefícios", ressaltou Afonso.

O consultor legislativo c ex-

presidente do **INSS**, Leonardo Rolim, pondera que, apesar da correção dos benefícios pela regra do salário ter grande peso, o envelhecimento da população de 1997 para cá é a principal razão para a alta da despesa. "No passado, o nosso salário mínimo era muito baixo, precisava de fato ter um aumento real", disse, acrescentando que atualmente está dentro de um patamar adequado a nível mundial e que, portanto, seria adequado uma revisão da regra.

Rolim sugere a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do salário mínimo e mudar a política para aumento do piso salarial com base na produtividade. "Como no momento não há um

índice seguro para medir a evolução da produtividade poderia utilizar o **PIB** per capita e ser uma lei com prazo de 5 anos. Ou seja, a cada 5 anos avalia como está o salário mínimo em relação à economia e ao padrão mundial e mantém ou modifica a regra", sugeriu.

O consultor legislativo no Senado Federal Bernardo Patta Schettini propõe a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo como alternativa ao fim da concessão de reajustes reais.

"Essa é uma questão decisiva para a sustentabilidade de longo prazo do sistema público de previdência brasileiro", destacou.

Já o economista c relações institucionais da Polo Capital, Arnaldo Lima, ressalta que a combinação entre um piso previdenciário em constante alta e um número crescente de beneficiários vivendo por mais tempo tende a transformar o **INSS** em um programa de renda mínima, com capacidade cada vez mais limitada de oferecer aposentadorias proporcionais às contribuições.

Conforme Lima, a estrutura de financiamento do **INSS** expõe um desequilíbrio estrutural que tende a se agravar e, independentemente do resultado da próxima eleição presidencial, será inevitável passar por uma reforma. "É impossível pensar na sustentabilidade do sistema sem rever, pelo menos, a política de valorização real do salário mínimo, assim como a desvinculação dos benefícios assistenciais do piso trabalhista, como o BPC, c de boa parte da previdência rural de natureza não contributiva", afirmou.

Procurado para comentar, o Ministério da **Previdência Social** não comentou o estudo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188266?page=1§ion=1>